



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**SECRETARIA-GERAL**  
**CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CENSIPAM**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE AQUISIÇÕES E FINANÇAS**  
**COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco K - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70610-200  
Telefone: (61) 3214-0200 e Fax: (61) 3214-0272 - [www.defesa.gov.br](http://www.defesa.gov.br)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2022**

*Prestação de Serviços com Disponibilização de Mão de Obra em Regime de Dedicção Exclusiva*

**(Processo Administrativo n.º 60092.000241/2020-51)**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA, por meio da Coordenação de Licitações e Contratos, sediada no SPO Área 5, Quadra 3 Bloco K - CENSIPAM, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **Menor Preço Global do único item licitado**, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, Portaria nº 61/MMA de 15 de março de 2008 e Instrução Normativa IBAMA nº 6 de 15 de março de 2008, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 12/07/2022

Horário: 10h

Pregoeiro: João Lopes do Lago

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de **serviços de limpeza, conservação e higienização interna e externa, sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais (insumos e equipamentos) para atender às demandas do em seu Centro Regional de Belém/PA do CENSIPAM**, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço global do único item licitado, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## **2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o **exercício de 2022**, na classificação abaixo, conforme Despacho nº 63/COFIN CENSIPAM/CGAFI/DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD (4571786).

- a. Programa **6011** – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional
- b. Ação Orçamentária: **20X4** – Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia
- c. Fonte: **100**
- d. Plano Orçamentário (PO): **0007** – Funcionamento e Manutenção do Censipam
- e. Programa de Trabalho Resumido (PTRES): **168640**
- f. Natureza da Despesa: **33.90.37.02** - Limpeza e Conservação
- g. Código do Sistema **PTA/2022: 174/22** – Execução do contrato de limpeza (CR/BE) - Nova contratação

## **3. DO CREDENCIAMENTO**

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

#### 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. que estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, observado o disposto no item 9.10.1.1 deste Edital;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.8. instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017);

4.2.9. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, bem como o disposto no Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a AGU, anexo II ao modelo de contrato.

4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.5.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

#### 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

#### 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor mensal e anual total do único item licitado;

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, incluindo-se, dentre outras, as seguintes informações:

- 6.1.2.1. A indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO;
- 6.1.2.2. Produtividade adotada e, se esta for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 6.1.2.3. A quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual;
- 6.1.2.4. Os serviços serão executados nas dependências do Centro Regional de Belém do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam, sediado a Avenida Júlio César nº 7060, Bairro de Val-de-Cans, CEP: 66617-420. Fone: (55 91) 3366- 2237 e (55 91) 3366-2235.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta dias) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor anual/total do único item licitado.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ **10,00 (dez)** reais.

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

- 7.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18 O critério de julgamento adotado será o menor preço global, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20 Em razão do único item não deter previsão para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.21 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.22 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.23 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.25.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:
- 7.25.1.1 prestados por empresas brasileiras;
- 7.25.1.2 prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.25.1.3 prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.26 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.27 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.27.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.27.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.27.2.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.28 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.
- 8.2 A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.
- 8.3 A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de até 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.
- 8.4 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, que:
- 8.4.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
- 8.4.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;
- 8.4.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
- 8.4.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.4.4.1 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 8.4.4.1.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.4.4.1.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 8.4.4.2 A fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, bem como para a contagem da anualidade prevista no art. 3º, §1º da Lei n. 10.192/2001, informamos sobre a utilização da seguinte convenção coletiva de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:
- 8.4.4.2.1 **Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2023 pactuada entre o Sindicato das Empresas de Serviços Terceirizáveis Trabalho Temporário Limpeza e Conservação Ambiental do Estado do Para SEAC, CNPJ n. 04.697.124/0001-29 e o Sind. dos Trab. de Emp. de A Cons. Hig. Limp. e Sim. do Est PA, CNPJ n. 05.046.362/0001-37, registrada no MTE perante o nº PA000194/2022 de 12/04/2022 - MR006567/2022 (5011948), detentora da vigência até 31 de dezembro de 2023.**
- 8.4.4.2.2 A Convenção Coletiva de Trabalho indicada no subitem acima não é de utilização obrigatória pelos licitantes (Acórdão TCU nº 369/2012), mas sempre se exigirá o cumprimento da convenção coletiva adotada por cada licitante/contratante.
- 8.5 É vedado à proponente incluir na Planilha de Custos e Formação de Preços:

- 8.5.1 item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 9º, parágrafo único, incisos I a III, do Decreto n.º 9.507/2018, e art. 6º da IN SEGES/MP n.º 5, de 2017);
- 8.5.2 item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 6º, parágrafo único, da IN SEGES/MP n.º 5/2017);
- 8.5.3 rubricas que prevejam o custeio de despesas com treinamento, reciclagem e capacitação ou congêneres, pois tais parcelas já são cobertas pelas despesas administrativas (Acórdão TCU nº 2.746/2015 - Plenário);
- 8.5.4 rubrica denominada “reserva técnica”, exceto se houver justificativa, na proposta, que indique, claramente e por meio de memória de cálculo, o que está sendo custeado, de modo a haver a comprovação da não cobertura do valor, direta ou indiretamente, por outra rubrica da planilha (Acórdãos TCU nº 2.746/2015 – Plenário, nº 64/2010 - 2ª Câmara e nº 953/2016 - Plenário);
- 8.5.5 rubrica para pagamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (Súmula TCU nº 254/2010);
- 8.5.6 rubrica denominada “verba” ou “verba provisional”, pois o item não está vinculado a qualquer contraprestação mensurável (Acórdãos TCU nº 1.949/2007 – Plenário e nº 6.439/2011 – 1ª Câmara).
- 8.6 A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que os respectivos custos sejam excluídos da Planilha, adotando, se for o caso, as providências do art. 47, caput, do Decreto n.º 10.024, de 2019.
- 8.6.1 Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da Planilha, garantidas ampla defesa e contraditório.
- 8.7 A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.
- 8.8 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.9 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.
- 8.9.1. As propostas com preços próximos ou inferiores ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia, disponibilizado em meio eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal (<http://www.gov.br/compras>), deverão comprovar sua exequibilidade, de forma inequívoca, sob pena de desclassificação, sem prejuízo do disposto nos itens 9.2 a 9.6 do Anexo VII-A, da Instrução Normativa/SEGES/MP n.º 5/2017 (Portaria SEGES/MP n. 213, de 25 de setembro de 2017).
- 8.10 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 8.10.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 8.11 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.11.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 8.11.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.
- 8.12 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 8.13 O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;
- 8.14 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.
- 8.14.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.14.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.14.2.1. A empresa optante pelo Simples Nacional, em prestígio ao princípio da igualdade, deve preencher a Planilha de Custos e Formação de Preços, modelo constante do Anexo IV, conforme o regime tributário que irá optar (Lucro Presumido ou Lucro Real), computando, inclusive, “as contribuições para o ‘Sistema S’ e os tributos federais.” (Acórdão nº 1914/2012-TCU-Plenário. Informativo/TCU nº 116); e
- 8.14.2.2. Os preços ofertados serão equalizados quando os tributos indicados nas planilhas não corresponderem ao regime tributário da licitação e aos benefícios fiscais a que fizer jus” (Acórdão nº 2.517/2012 - TCU - Plenário).
- 8.15 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.16 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.17 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.18 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.19 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observando o disposto neste Edital.

## 9 DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

**d)** Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

9.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

9.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.6.2 As empresas poderão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, caso optem pela realização de tal diligência, conforme conteúdo do Termo de Referência (item 7).

9.6.2.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante."

9.7 Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

## **9.8 Habilitação jurídica:**

9.8.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.3 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.5 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.6 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **9.9 Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.9.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.9.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6 prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7 caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

## **9.10 Qualificação Econômico - Financeira:**

9.10.1 certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.1.1 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.10.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.3 comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.4 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

## 9.11 Qualificação Técnica:

9.11.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.2 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

a) apresentar 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante já prestou serviço de limpeza, conservação, higiene e manutenção de áreas internas e externas, com o percentual mínimo de **50%** da metragem contemplada nas edificações que compõem o Centro Regional de Belém, vide tabela do item 1 do Termo de Referência, anexo I desse edital; e

b) somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

9.11.2.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.11.2.2. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.2.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.3. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.11.4. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.11.4.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.13. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.14. Constatando atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## 10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.

10.1.3 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## 11 DOS RECURSOS

11.1 O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## 12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## 13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, pelo critério de menor preço global do item, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.(item 1.6.1, TC-033.166/2014-5, Acórdão nº456/2015-Plenário)

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## 14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

## 15 DO TERMO DE CONTRATO

15.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

15.2 O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

15.5 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.7 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante,



respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## 16 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## 17 DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1 Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo I a este Edital.

## 18 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo I a este Edital.

## 19 DO PAGAMENTO

19.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

## 20 DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA— BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO

20.1 Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## 21 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 21.1.1. não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 21.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 21.1.3. apresentar documentação falsa;
- 21.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 21.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.6. não mantiver a proposta;
- 21.1.7. cometer fraude fiscal;
- 21.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

21.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 21.4.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 21.4.2. **Multa de 1,0%** (um décimo por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 21.4.3. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar no âmbito do CENSIPAM e pelas unidades administrativas abrangidas pelo MINISTÉRIO DA DEFESA (MD), por até 2 (dois) anos;
- 21.4.4. **Impedimento de licitar** e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 21.4.5. **Declaração** de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## 22 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail: [licitacao@sipam.gov.br](mailto:licitacao@sipam.gov.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço: SPO Área Especial 05 Quadra 03 Bloco "K" Brasília -DF, CEP: 70.610-200, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 18:00 horas, seção de licitações.

22.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

22.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.6 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

22.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

## 23 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á ata no sistema eletrônico.

23.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço: SPO Área Especial 05 Quadra 03 Bloco "K" Brasília -DF, CEP: 70.610-200, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 18:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

### ANEXO I - Termo de Referência;

Apêndice A: Estudo Técnico Preliminar

Apêndice B: Modelo de Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

Apêndice C: Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços

Apêndice D: Modelo de Proposta

Apêndice E: Declaração de Conhecimento das Condições e Peculiaridades

Apêndice F: Declaração de Vistoria

Apêndice G: Relação Materiais, Utensílios e Equipamentos

Apêndice H: Equipamentos com Depreciação

### ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato;

Anexos ao Contrato - Autorização Complementar ao Contrato N° ...../2022. Garantia de Execução;  
Termo de Conciliação Judicial Firmado Entre o Ministério Público do Trabalho e a União;  
Minuta de Declaração de Antinepotismo

### ANEXO III - Declaração de Antinepotismo;

### ANEXO IV - Planilha de Custos e Formação de Preços;

### ANEXO V - Minuta de declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública;

### ANEXO VI - Minuta de Declaração de Instalação/Manutenção de Escritório no Município da Prestação Contratual;

### ANEXO VII - Minuta do Termo de Cooperação Técnica com Instituição Financeira;

Brasília-DF, 28 de junho de 2022.

Elaborado por:

**JOSÉ GOMES DA SILVA**  
Assistente Técnico

**APROVO o PREGÃO ELETRÔNICO nº 01/2022**, com fulcro no § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões a presente decisão, inclusive como sua motivação, bem como o § 1º, art. 40, da Lei nº 8.666/93.

**SERGIO NATHAN MARINHO GOLDSTEIN**  
Diretor de Administração e Finanças



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**SECRETARIA-GERAL**  
**CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CENSIPAM**  
**CENTRO REGIONAL DE BELÉM**  
**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo Administrativo nº 60092.000241/2020-51

**1. DO OBJETO**

1.1. Escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de limpeza, conservação e higienização interna e externa, sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais (insumos e equipamentos) para atender às demandas do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM, em seu Centro Regional de Belém/PA, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição	CatSer	Quantidade	Valor de Referência	
			m <sup>2</sup>	Mensal	Anual
Único	Serviços de limpeza, conservação e higienização interna e externa, sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais (insumos e equipamentos).	24023	12.308,67 m <sup>2</sup>	R\$ 54.931,25	R\$ 659.175,00
<b>Valor Máximo Aceitável</b>				<b>R\$ 54.931,25</b>	<b>R\$ 659.175,00</b>

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de conservação e higienização interna e externa, com execução de forma continuada.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.
- 1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar 55/2021, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. A pretendida contratação envolve a prestação dos Serviços de Limpeza e Conservação de forma indireta e contínua, em conformidade com a legislação que disciplina tal matéria, considerando que Contrato nº 08/2017, constante do processo nº 60092.000231/2016-39 com vigência até 02/07/2022, visto que a Administração do CENSIPAM tomou medidas visando adequar os parâmetros da contratação às normas vigentes, acolhendo orientação do Caderno Técnico referente aos serviços de limpeza de 2019 para o Estado do Pará, considerando, ainda, que o contrato atingirá o limite máximo do prazo, no caso, de 60 (sessenta) meses.
- 2.3. Outrossim, a contratação dos serviços de limpeza e conservação, vem suprir a lacuna deixada pela Lei nº 9.632, de 07.05.1998, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, dentre eles o de servente.
- 2.4. A aludida contratação será processada em conformidade com as determinações e diretrizes contidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, Instrução Normativa/MPDG/SEGES nº 5, de 25 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, bem como na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e na Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preço para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- 2.5. O objetivo da contratação destina-se, ainda, à conservação do patrimônio da Instituição e manutenção dos locais de trabalho nos padrões de asseio exigidos, visando proporcionar condições ideais de funcionamento às atividades administrativas e técnicas do CENSIPAM, sob a melhor relação “custo x benefício”.
- 2.6. Considerando que, a Lei nº 9.632, de 07/05/98, extinguiu vários cargos vagos, integrantes da estrutura dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e funcional, bem como os cargos ocupados quando ocorrer a sua vacância.
- 2.7. Considerando ainda que, a Portaria MPDG/GM nº 443, de 23/12/2018, determina em seu art 1º, incisos VII e XIV que os serviços de limpeza e conservação figuram dentre os que “No âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros”.
- 2.8. A contratação trará benefícios importantes, dentre eles:

2.9. Manter os ambientes de trabalho permanentemente limpos e saudáveis, voltados à qualidade do trabalho, proporcionando ao público interno e externo condições mínimas de higiene e conforto, além da manutenção e conservação dos bens públicos, em caráter permanente e em condições adequadas de utilização;

2.10. Disponibilizar aos funcionários, colaboradores e visitantes um ambiente limpo e asseado para o desenvolvimento de suas funções, bem como, aos órgãos parceiros que fazem uso de suas instalações, além de visitantes oriundos de outros órgãos públicos e privados que eventualmente participam de atividades/eventos neste Centro Regional de Belém do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudo Técnico Preliminar nº 55/2021, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Serviço continuado, com fornecimento de mão de obra, em regime de dedicação exclusiva;

5.1.2. Os requisitos da contratação, limitados àqueles indispensáveis à execução do objeto pretendido, que é a Escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de limpeza, conservação e higienização interna e externa, sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais (insumos e equipamentos) para atender às demandas do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM, em seu Centro Regional de Belém/PA.

5.1.3. Os serviços a serem contratados são de **Natureza Continuada**, nos moldes do art. 15 da Instrução Normativa nº 05 do MPOG, de 26 de maio de 2017, de modo a assegurar o funcionamento das atividades finalísticas do Centro Regional de Belém.

5.1.4. A empresa Contratada deverá empregar na execução, profissionais comprovadamente experientes, treinados, capacitados e habilitados, devendo atender, no Mínimo, o seguinte:

5.1.4.1. **Encarregado de Serviço de Limpeza:** Mínimo 6 (seis) meses de experiência no mesmo tipo de atividade, de acordo com a Lei nº 11.644/2008 e deverão ser observadas as atribuições constantes da Classificação Brasileira de Ocupações - Ministério do Trabalho e Emprego - CBO: 4101-05.

5.1.4.2. **Servente de Limpeza:** Será exigido o ensino fundamental completo em estabelecimento de ensino regularmente registrado ou prática profissional no posto de trabalho e deverão ser observadas as atribuições constantes da Classificação Brasileira de Ocupações - Ministério do Trabalho e Emprego - CBO: 5143-20.

5.1.4.3. Os comprovantes dos requisitos de qualificação deverão ser comprovados junto ao Centro Regional de Belém, em até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato. Essa informação ficará arquivada no SEADM/CR-BE.

5.1.4.4. A Contratada deverá apresentar os comprovantes dos requisitos de qualificação dos profissionais que desempenharão as referidas funções, sempre que um novo profissional seja apresentado, para os casos de substituição.

5.1.5. Está licitação deverá adotar como critério de remuneração e aferição de resultados dos serviços prestados pela contratada o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme especificado no Apêndice B deste Termo de Referência.

5.1.6. Observar as práticas de sustentabilidades: treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

5.1.7. A duração inicial do contrato de prestação de serviços de natureza continuada será por período de 12 (doze) meses, prorrogável por períodos iguais e sucessivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme inciso II do artigo 57 da Lei 8.666, de 1993, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- a) os serviços tenham sido prestados regularmente;
- b) esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- c) seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente
- d) seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- e) seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- f) haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e
- g) seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

5.1.8. Requisitos de segurança:

5.1.8.1. A Contratada deverá entregar ao Centro Regional de Belém, um portfólio de cada funcionário(a), que prestará serviço no CR-BE, contendo 1 (uma) foto 3 x 4 e uma cópia da Carteira de Identidade, até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato.

5.1.8.2. A Contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de proteção (EPI) e (EPC) para o desempenho da função quando exigível, enquadrando-se no que couber, com as normas de segurança regulamentadas pelo Ministério do Trabalho, conforme descrição a seguir:

- a) A Contratada deverá utilizar materiais de primeira linha de qualidade, a serem entregues em datas e quantidades que garantam a permanente execução dos serviços, respeitada a capacidade da área destinada pelo Contratante.
- b) Os materiais, cujo recebimento deverá ser atestado pela Fiscalização, deverão ser entregues em embalagens originais de fábrica ou de comercialização, acompanhados de cópia das notas fiscais ou de qualquer outro documento pertinente, onde deverá constar obrigatoriamente a quantidade, peso ou volume.
- c) Embora as quantidades estejam estimadas para 1 (um) mês, obriga-se a Contratada a manter os serviços de acordo com as exigências constantes neste instrumento e em seus Apêndices.
- d) Os custos decorrentes da aquisição dos Materiais e Equipamentos, para execução dos serviços, deverão ser demonstrados na ocasião da apresentação das Planilhas de Custos e Formação de Preços, para constatação da exequibilidade do Contrato diante dos preços praticados no mercado.
- e) A contratada deverá adotar práticas de redução de geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados pelo órgão ou entidade, na fonte geradora, e a coleta seletiva conforme legislação específica.
- f) A Contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras (NBRs) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

- g) A contratada deverá utilizar apenas embalagens recicláveis na prestação do serviço, incentivando sua utilização ou substituição por fontes renováveis.
- h) As pilhas e baterias utilizadas na execução dos serviços, em equipamentos ou outros materiais de responsabilidade da contratada, deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio, conforme Resolução CONAMA nº401/2008.
- i) É obrigação da Contratada a apresentação da composição química dos produtos utilizados na prestação do serviço, quando solicitado pelo Contratante.
- j) É de responsabilidade da Contratada a verificação da não utilização de produtos de limpeza que observem a utilização de Substâncias Perigosas, Biodegradabilidade dos Tensoativos, Toxicidade Aquática e Teor de Fósforo acima dos limites estabelecidos por regulamentos ou legislação apropriada.
- k) É obrigação da Contratada a utilização de produtos de limpeza, preferencialmente, de origem animal e que sejam biodegradáveis.
- l) É proibida a utilização de produtos de limpeza oriundos e/ou derivados de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) ou de plantas em risco de extinção.
- m) É permitida a utilização de produtos que, comprovadamente, sejam derivados de matérias-primas totalmente naturais.

5.1.9. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

## 6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto, item 5.1.6 dos requisitos da contratação, no item 6 deste TR, que trata dos critérios de Sustentabilidade como requisito previsto em lei especial.

6.2. Além dos critérios supracitados estabelecidos ao longo deste TR, a contratada deverá adotar as seguintes providências nos termos da Lei nº 12.305, de 2010, do Decreto nº 10.936, de 2022 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010:

a) realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração.

a.1) os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização ao sistema de coleta seletiva ou logística reversa porventura estabelecido.

b) otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

b.1) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

b.2) substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

b.3) usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

b.4) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

b.5) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

b.6) treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;

c) utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);

d) observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/94, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

e) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

f) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

g) desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:

g.1) pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;

g.2) lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;

g.3) pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.

## 7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone: (91) 3366-2238 e (91) 3366-2235 ou pelos e-mails: [paulo.lima@sipam.gov.br](mailto:paulo.lima@sipam.gov.br) e [benedita.chaves@sipam.gov.br](mailto:benedita.chaves@sipam.gov.br).

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no primeiro dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil imediatamente anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.3. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa, comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.4. Após a realização da vistoria, será emitido uma Declaração de Vistoria pelo CENSIPAM, conforme modelo constante do Apêndice F, sendo esse documento apenas para fins de formalização de que a empresa visitou o local onde serão prestados os serviços de limpeza, conservação e higienização interna e externa.

7.5. Em nenhuma hipótese, a licitante poderá alegar desconhecimento de informações e de condições para o cumprimento das obrigações, como justificativa para inexecução ou execução irregular do objeto a ser contratado.

7.6. A visita tem por finalidade avaliar as condições das instalações/infraestrutura, atualmente, existentes e tornar registrado o pleno conhecimento das proponentes acerca das dificuldades para a execução do objeto e, consequentemente, assegurar que o preço ofertado pela licitante seja compatível com as reais necessidades do Centro Regional de Belém, situado a Avenida Júlio César nº 7060, Bairro de Val-de-Cans, CEP: 66617-420.

7.7. A empresa, que optar por não realizar a vistoria, deverá, obrigatoriamente, apresentar a declaração formal, assinada pelo responsável técnico da licitante/Preposto, indicando ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o CENSIPAM/CR-BE.

7.8. A vistoria não é onerosa, nem cria condições restritivas à competitividade, tendo por finalidade, tão somente, franquear a oportunidade para que os licitantes exerçam o direito ao *exame in loco*; pois, a licitante não poderá alegar o desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas (Acórdão nº 874/07 - TCU/2ª Turma).

7.9. No que tange à vistoria Técnica, será evitado reunir os licitantes em data e horário marcados capazes de dar-lhes conhecimento prévio acerca do universo de concorrentes" (TCU. Manual de Obras Públicas, 2ª ed., 2009, p. 37).

7.10. Por ocasião da vistoria, ao licitante ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, pen-drive ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7.11. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.12. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. Os serviços serão executados de **segunda a quinta-feira, das 08:00 às 18:00 horas, com 1 (uma) hora de intervalo para almoço e na sexta-feira das 08:00 às 17:00 horas, com 1 (uma) hora de intervalo para almoço**, podendo ser alterado conforme necessidade da Contratante, respeitada a jornada de trabalho semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, conforme legislação vigente;

8.1.2. A fiscalização do contrato poderá permitir a compensação das horas trabalhadas a mais em um dia, pela diminuição de horas em outro dia, conforme pré-acordo, no que convém ao interesse do órgão, dentro dos limites e horários estabelecidos neste Termo de Referência e na legislação vigente;

8.1.3. Não será admitido hora extra; e

8.2. Os postos de serviços não poderão ficar descobertos e, nas hipóteses de faltas do funcionário, a Contratada deverá, ao início da jornada do profissional, providenciar a disponibilização de um substituto, cujas qualificações sejam iguais àquelas definidas para o serviço contratado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato. As atividades de limpeza e conservação, consistem das tarefas abaixo relacionadas na tabela do subitem 8.2, em consonância com as descrições contidas na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia - Encarregado nº **4101-05** e Servente é o nº **5143-20**.

8.3. A execução dos serviços será iniciada a partir do 5º (quinto) dia útil, contados a partir da assinatura do instrumento contratual, na forma que segue:

Da Descrição dos Serviços e Frequência	
ÁREAS INTERNAS	
Diariamente - 1 (uma) Vez Quando Não Explicitado	
1	Remover com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como, dos demais móveis existentes inclusive aparelhos elétricos e extintores de incêndio.
2	Lavar os cinzeiros.
3	Proceder a lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários, com saneante domissanitário, desinfetante = 2 (duas) vezes ao dia.
4	Varrer, remover manchas e encerar os pisos.
5	Varrer, passar pano úmido e polir os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados.
6	Varrição geral.
7	Limpar com saneantes domissanitários os pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas = 2 (duas) vezes ao dia.
8	Abastecer os sanitários com papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido = quando necessário.
9	Retirar o pó dos telefones com flanelas e produtos adequados.
10	Passar pano úmido com álcool nos tampos das mesas e assentos dos refeitórios antes e após as refeições.
11	Retirar o lixo, acondicionando-o em sacos plásticos de 100 (cem) litros, removendo-os para local indicado pelo CENSIPAM = 2 (duas) vezes ao dia.
12	Realizar a separação dos resíduos recicláveis na fonte geradora e a sua destinação as Associações e Cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, confor o Decreto nº 5.940, de 25.10.2006, procedida pela coleta seletiva de papel para reciclagem, nos termos da legislação vigente = quando couber.
13	Limpar os corrimãos.
14	Suprir os bebedouros com garrações de água mineral, adquiridos pela Administração.
15	Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.
16	Substituir os sacos de lixos utilizados nas lixeiras.
Semanalmente - 1 (uma) Vez	
1	limpar atrás dos móveis, armários e arquivos.
2	limpar com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica.
3	limpar com produto neutro, portas, barras e batentes pintados a óleo ou verniz sintético.
4	lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar a flanela nos móveis encerados.
5	limpar com produto apropriado, forrações de couro, napa, plástico ou tecido em assentos e poltronas.
6	limpar e polir todos metais, tais como: válvulas, registros, sifões, fechaduras.
7	lavar os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, marmorite e emborrachados com detergente, encerá-los e lustrá-los.
8	passar pano úmido com saneantes domissanitários nos telefones.
9	limpar os espelhos com pano umedecido em álcool = 2 (duas) vezes por semana.
10	retirar pó e resíduos com pano úmido, dos quadros em geral.
11	lavar convenientemente, interna e externamente, janelas com vidraças, caixilhos, portas de vidro e vidros em geral, impermeáveis, granilites, mármore.
12	executar os demais serviços considerados necessários, semanalmente.
Mensalmente - 1 (uma) Vez	

1	limpar paredes e rodapés.
2	limpar persianas com produtos adequados.
3	remover manchas de paredes.
4	limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, caixilhos, janelas de ferro (de malha, enrolar, pantográfica, correr).
5	proceder revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês.
Periodicamente ou Sempre Que For Preciso	
1	sempre que consertos, reparo, adaptações ou pinturas tenham que ser efetuados a empresa contratada promoverá limpeza da área, inclusive dos resping utilizando métodos e produtos químicos adequados e de boa qualidade.
ÁREAS EXTERNAS	
Diariamente - 1 (uma) Vez Quando Não Explicitado	
1	remover capachos e tapetes, procedendo a limpeza.
2	varrer as áreas pavimentadas.
3	retirar o lixo, acondicionando-o em sacos plásticos de 100 (cem) litros, removendo-os para local indicado pelo Contratante = 2 (duas) vezes ao dia.
4	executar os demais serviços considerados necessários, diariamente.
Semanalmente - 1 (uma) Vez	
1	limpar e polir todos os metais (torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras).
2	lavar pisos vinílicos de mármore, cerâmicos, marmorite e emborrachados, com detergente, encerar e lustrar.
3	retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes = quando necessário até 2 (duas) vezes.
4	executar os demais serviços considerados necessários = semanalmente.
Periodicamente ou Sempre Que For Preciso	
1	proceder a limpeza das caixas de ralo, caixas de ralo duplo e poços de visita, retirando todo entulho causado por acúmulo lixo, folhas, papéis e outros detritos.
Anualmente - 1 (uma) Vez Quando Não Explicitado	
1	lavar, paredes externas revestidas com pastilhas, granito, mármore ou concreto aparente = pelo menos 2 (duas) vezes por ano.
ESQUADRIAS EXTERNAS E FACHADAS ENVIDRAÇADAS	
Quinzenalmente - 1 (uma) Vez	
1	limpar todos os vidros (face interna/externa), aplicando-lhes produtos ante embaçantes.
Definição de Saneantes Domissanitários	
São substâncias ou materiais destinadas à higienização e desinfecção domiciliar, em ambientes coletivos ou públicos, em lugares de uso comum e no tratamento água, compreendendo:	
a	desinfetantes: destinados a destruir micro-organismos, indiscriminada ou seletivamente, quando aplicados em objetos inanimados ou ambientes.
b	detergentes: destinados a dissolver gorduras, higienização de recipientes e vasilhas e a aplicações de uso doméstico.
c	material de higiene: papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido.
d	são equiparados aos produtos domissanitários, os detergentes, desinfetantes e respectivos congêneres, destinados à aplicação em objetos inanimados e ambientes, ficando sujeitos às mesmas exigências e condições concernente ao registro, à industrialização, a entrega do consumo e fiscalização.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS
- 9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os seguintes materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e nas qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:
- 9.1.1. Dos materiais de consumo:

Item	Código CatMat	Descrição do Materiais de Consumo	Unidade	Quantidade	
				Mensal	Anual
1	226700	Água sanitária, composição química hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto, teor cloro ativo varia de 2 a 2,50%, classe corrosivo classe 8, número risco 85, risco saúde 3, corrosividade 1, peso molecular cloro 74,50, densidade de 1,20 a 1, cor amarela esverdeada bastante fraca, aplicação lavagem e alvejante de roupas, banheiras, pias, tipo comum	Litro	20	240
2	269941	Álcool etílico, tipo hidratado, teor alcoólico 70% (70° gl), apresentação líquido, franco 1.000 ml	Litro	40	480
3	396196	Desinfetante, composição à base de quaternário de amônio, princípio ativo cloreto alquil dimetil benzil amônio + tensoativos, teor ativo solução concentrada, teor ativo em torno de 50%, forma física solução aquosa, característica adicional com aroma	Litro	25	300

4	327150	Desodorizador, apresentação aerosol, aplicação aromatizador ambiental, características adicionais ação neutralizante	Unidade	25	300
5	465064	Desodorizador sanitário, composição: dodecil benzeno, sulfonato de sódio, coadjuvante e, essência: variado, aspecto físico: sólido, características adicionais: pastilha adesiva	Unidade	100	1.200
6	307145	Detergente, composição tensoativos aniônicos, coadjuvante, preservantes, componente ativo linear alquibenzeno sulfonato de sódio, aplicação limpeza em geral, aroma neutro, características adicionais tensoativo biodegradável, diluição 1/150 litros, aspecto físico líquido	Litro	10	120
7	296307	Esponja limpeza, material: lã aço	Unidade	1	12
8	421283	Esponja limpeza, material espuma / nylon, abrasividade alta / mínima, aplicação limpeza geral, características adicionais uma face macia outra áspera, comprimento mínimo 180 cm, largura mínima 100 cm, espessura mínima 18 cm	Unidade	10	120
9	230233	Flanela, material flanela, comprimento 40 cm, largura 30 cm, cor amarela	Unidade	5	60
10	242252	Limpa-vidro, aspecto físico líquido, composição tensoativos aniônicos / sequestrantes / hidróxido	Frasco 500 ml (2 $\cong$ 1 litro)	5	60
11	413461	Solução limpeza multiuso, composição básica sulfonato de sódio, tensoativo não iônico, alcali, aspecto físico líquido, características adicionais biodegradável	Litro	30	360
12	263450	Lustrador móveis, componentes base de silicone, aroma sem cheiro	Unidade	5	60
13	208869	Luva de proteção, material borracha, aplicação limpeza, tipo punho longo, tamanho médio, cor azul, acabamento palma antiderrapante, esterilidade não esterilizada, características adicionais sem forro	Par	5	60
14	410631	Luva proteção, material: 100% fibra aramida, tamanho: médio, características adicionais: pigmentada PVC, punho elástico	Par	5	60
15	260569	Pano limpeza, material 100% algodão, comprimento 60 cm, largura 45 cm, características adicionais alvejado, aplicação limpeza geral	Unidade	40	480
16	301139	Papel higiênico, material: celulose virgem, comprimento: 30 m, largura: 10 cm, tipo: picotado, quantidade folhas: dupla, cor: branca, características adicionais: extra macio e sem perfume	Fardo (64 rolos)	30	360
17	233667	Toalha de papel, material papel, tipo folha 3 dobras, comprimento 23 cm, largura 22 cm, cor branca, características adicionais interfolhada	Fardo (1000 folhas)	40	480
18	226795	Sabão pó, aplicação limpeza geral, aditivos: não aplicável, odor: não aplicável	Quilo	4	48
19	253197	Sabonete líquido, aspecto físico líquido perfumado, aplicação saboneteira para sabonetes líquidos, características adicionais pronto uso, aroma suave	Litro	25	300
20	226091	Saco plástico lixo, capacidade 15 l, cor preta, apresentação peça única, largura 39 cm, altura 58 cm	Pacote (100 unid.)	6	72
21	411828	Saco plástico lixo, capacidade 100 l, cor preta, largura 75 cm, altura 105 cm, características adicionais com solda contínua, sem fechos, aplicação coleta seletiva, normas técnicas classe i, tipo e, material resina termoplástica reciclada	Pacote (100 unid.)	6	72
22	226093	Saco plástico lixo, capacidade 50 l, cor preta, apresentação peça única, largura 63 cm, altura 80 cm	Pacote (100 unidades)	6	72
23	241703	Saponáceo, composição tensoativos aniônicos, alcalinizantes, agente, aplicação limpeza pisos, paredes e louças, características adicionais biodegradável, aspecto físico pó	Pacote 300g (3 $\cong$ 1kg)	33	396

9.2. O material de consumo deverá ser entregue mensalmente, no 1º (primeiro) dia útil de cada mês.

9.3. A Contratada deverá disponibilizar, no máximo em 2 (dois) dias úteis, contados da assinatura do Contrato, os materiais ou utensílios permanentes relacionados abaixo, que deverão ser novos, de 1º (primeiro) uso, com vistas à perfeita execução dos serviços a serem prestados.

9.4. As quantidades descritas são baseadas em análise das necessidades do Centro Regional de Belém, devendo os materiais ou utensílios serem repostos sempre que necessário ou substituído.

9.5. Quando solicitado pela Fiscalização do Contrato, a reposição ou a substituição deverá ser providenciada no máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do pedido.

9.6. Dos utensílios a serem fornecidos pela Contratada:



Item	Código CatMat	Descrição dos Utensílios	Unidade	Quantidade Anual
1	216081	Balde, material plástico, tamanho médio, material alça arame galvanizado, capacidade 10, cor natural, características adicionais pegador embutido	Unidade	5
2	229889	Balde com espremedor, material balde polipropileno, material espremedor aço e material base aço tubular capacidade balde: 24 l, tipo espremedor: pressão vertical, diâmetro roda: 3 pol, comprimento: 58 cm, largura: 43 cm, altura: 92 cm, peso caixa: 12,80 kg, volume caixa: 0,1661 m3, tratamento superficial: galvanização (espremedor e base), cor: azul, características adicionais: não aplicável	Unidade	5
3	307875	Mop úmido, material fio de algodão de alta qualidade, tipo ponta dobrada, aplicação limpeza, cor branca, peso 300 g, comprimento 20 cm, largura 22cm, características adicionais costura reforçada, tipo esfregão e lavável, gramatura 100 (ref. Conjunto Mop Líquido Doblô 50 l ou similar)	Unidade	4
4	307849	Mop Pó material fibras de algodão, largura 10 cm, comprimento 140 cm, aplicação limpeza, cor branca, gramatura 180, acabamento fechamento por laços costurados, características adicionais suporte metálico e cabo de alumínio, 300g; lavável	Unidade	4
5	397489	Discos e pedras abrasivos, material: fibras sintéticas, tamanho: 350 mm, uso: limpeza de pisos tratados, características adicionais: compatível máquina lavadora bandeirante	Unidade	2
6	279310	Escova limpeza geral, material corpo plástico, material cerdas nylon, características adicionais com suporte	Unidade	4
7	333358	Escova limpeza geral, material corpo plástico, material cerdas náilon, características adicionais formato arredondado, aplicação vaso sanitário	Unidade	4
8	229933	Limpador vidro, material cabo madeira, material base borracha, comprimento cabo 50 cm, tipo rodo, aplicação limpeza vidro	Unidade	2
9	229833	Pá coletora lixo, material coletor poliestireno, material cabo madeira, comprimento cabo 80 cm, comprimento 27 cm, largura 27 cm, altura 88,50 cm, aplicação limpeza, cor azul, modelo sem tampa	Unidade	3
10	330354	Portatoalha, material plástico, cor cinza/branco, tipo fixação em parede com buchas expansíveis, aplicação banheiro, características adicionais para papel com 2 ou 3 dobras, largura 27,5 cm, altura 36,5 cm, profundidade 12 cm	Unidade	10
11	253024	Rodo, material cabo madeira, material suporte plástico, comprimento suporte 30 cm, quantidade borrachas 2 unidades	Unidade	5
12	238763	Rodo, material cabo madeira, material suporte madeira, comprimento suporte 60 cm, cor suporte e cabo natural, quantidade borrachas 2	Unidade	4
13	253950	Saboneteira, material suporte plástico, material reservatório plástico, capacidade 500 ml, tipo fixação parede, tipo uso banheiro, características adicionais sabão líquido / fixa, material plástico	Unidade	20
14	226144	Vassoura, material cerdas piaçava, material cabo madeira plastificada, material cepa madeira, comprimento cepa 20, comprimento cerdas mínimo 9 cm, características adicionais com cabo rosqueado	Unidade	7

## 9.7. Dos equipamentos a serem fornecidos pela Contratada:

Item	Código CatMat	Especificação dos Equipamentos	Unidade	Quantidade
1	441197	Aspirador pó , água - industrial, potência motor 1.200 w, tensão alimentação 110,220 v, capacidade 10 l, frequência 50,60 hz, características adicionais com rodas, equipado com bicos e acessórios, aplicação carpetes, estofados e uso em geral	Unidade	1
2	430722	Cabo telescópio, material alumínio, comprimento 8 m, uso: escova de aço, rodo aspirador, peneira, características adicionais: 4 estágios, travamento roscável, peneira acoplável	Unidade	1
3	123242	Carrinho limpeza multifunção, nome carrinho - limpeza multifunção ( <i>Rubbermaid</i> ) ou similar	Unidade	1
4	473477	Carro coletor lixo, material polipropileno ou polietileno alta resistência, componentes 2 rodízios dianteiros, identificação não reciclável, capacidade 240 l, cor marrom	Unidade	1
5	441196	Enceradeira, tipo industrial, potência motor 0,75 hp, tipo motor monofásico, tensão alimentação 220 v, diâmetro escova 350 mm, características adicionais escova de pelo, suporte madeira e lixa	Unidade	1
6	230232	Escada doméstica, material alumínio, número degraus 6, revestimento degraus tapete antiderrapante, tipo pintura epoxi, tipo degraus articuláveis	Unidade	1

7	328781	Extensão elétrica, tipo cabo pp plano, comprimento 50 m, tensão 250 V, corrente 10 a, acessórios 5 tomadas fêmeas e plugue terra, número pólos: 2p + t, formação do cabo: 3 x 2,5 mm2	Unidade	1
8	257407	Lavadora alta pressão, pressão 1600 lb, vazão 7,57, 5 l/min, tensão 220 V, potência consumida 2,5 cv com mangueira.	Unidade	1
9	214144	Mangueira jardim, material PVC-traçado em náilon, diâmetro 1,2 pol, espessura: 2 mm, pressão máxima: 6 bar., comprimento: 50 m, cor: verde	Unidade	1
10	347968	Placa identificação, material PVC, comprimento 65 cm, altura 30 cm, características adicionais dobrável, frente e verso, "cuidado, piso molhado", acabamento superficial letras pretas, cor amarela	Unidade	4

10. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

10.1. A demanda do Órgão tem como base as seguintes características:

Espaços	M <sup>2</sup> Por Área	Produtividade em M <sup>2</sup>	
		Encarregado	Servente
ÁREA INTERNA: 5.154,87 m <sup>2</sup>			
I - Pisos acarpetados	567,03	800 m <sup>2</sup>	800 m <sup>2</sup>
II - Pisos Frios	4.000,18	800 m <sup>2</sup>	800 m <sup>2</sup>
III - Almoxxarifados, depósito e prédios anexos	175,27	1.500 m <sup>2</sup>	1.500 m <sup>2</sup>
IV - Banheiros	412,39	200 m <sup>2</sup>	200 m <sup>2</sup>
ÁREA EXTERNA: 5.490,00 m <sup>2</sup>			
V - Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	5.215,50	1.800 m <sup>2</sup>	1.800m <sup>2</sup>
VI - Varrição de passeios e arruamentos	274,50	6.000 m <sup>2</sup>	6.000 m <sup>2</sup>
ESQUADRIAS EXTERNAS/INTERNAS = 1.010,00 m <sup>2</sup>			
VII - Esquadrias Externas, Faces Internas/Externas	1.010,00	300 m <sup>2</sup>	300 m <sup>2</sup>
FACHADAS ENVIDRAÇADAS EXTERNAS/INTERNAS = 653,80 m <sup>2</sup>			
VIII - Fachadas Envidraçadas, Faces Interna e Externas	653,80	130 m <sup>2</sup>	130m <sup>2</sup>

10.2. Para a execução do serviço de que trata este Termo de Referência, exige-se empregados devidamente uniformizados, observando a produtividade adotada para a contratação, envolvendo 1 (um) Encarregado - CBO 4101-05 e os demais empregados da categoria profissional de Servente - CBO 5143-20.

10.3. A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas, de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2023, número de Registro no MTE nº PA000194/2022 em 12 de abril de 2022, tendo em vista as particularidades do serviço público, o expediente deverá ser prestado de **segunda a quinta-feira das 08:00 às 18:00 horas, com 1 (uma) hora de intervalo para almoço e na sexta-feira de 08:00 às 17:00 horas, com 1 (uma) hora de intervalo para almoço**, exceto feriados.

10.4. Os serviços deverão ser executados nas dependências do Centro Regional de Belém – CENSIPAM, em conformidade com as instruções contidas neste Termo de Referência e tendo por base as descrições contidas na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, do Ministério do Trabalho e Emprego e na legislação vigente, em especial a IN/MPOG/SLTI nº 5/2017 e suas atualizações, que passam a fazer parte integrante deste Termo de Referência.

10.5. As planilhas de formação de preços deverão vir desoneradas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, conforme Acórdão nº 1.025/2015 – TCU – Plenário – Informativo nº 240.

10.6. Levando em consideração a vigência do contrato inicial de 12 (meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no art. 57, II, da Lei 8.666, de 1993:

10.6.1. A rubrica férias (8,33%), que compõe o Item B do submódulo 2.1 da planilha de custos e formação de preços, tem como principal objetivo suprir a necessidade no final do contrato de 12 (doze) meses, o pagamento ao direito às férias remuneradas na forma prevista na Consolidação das Leis do Trabalho. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se objeto de **custo não renovável, que deverá ser excluído quando da condução da primeira prorrogação da vigência contratual**, a ser ajustada por meio de Termo Aditivo ao Contrato, conforme conteúdo do item 1.2. do Anexo VII-F, bem como, do item 9 do Anexo IX, ambos conteúdos da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

10.6.2. A proposta deverá ser elaborada de acordo com o **Modelo do Apêndice D** deste Termo de Referência.

10.6.3. Os salários dos profissionais, bem como, os demais benefícios, não poderão ser inferiores aos estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho, instituído pelo Sindicato das Empresas de Serviços Terceirizáveis Trabalho Temporário Limpeza e Conservação Ambiental do Estado do Pará e o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Pará (SEAC x SINELPA), para prestação de serviços na cidade de Belém/PA.

10.7. Em eventuais prorrogações, serão estabelecidos os regramentos do item 1.2. - Anexo VII-F, bem como, do item 9 do Anexo IX, ambos conteúdos da IN SEGES/MPDG nº 5/2017; pois, nas prorrogações dos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados da planilha de custos e formação de preços como condição para a renovação.

10.7.1. **Depreciação dos equipamentos fornecidos pela contratada, conforme Apêndices I deste Termo de Referência.**

10.7.1.1. Os quantitativos dos equipamentos foram estipulados com base no histórico de outros contratos do CENSIPAM, no Centro Regional de Belém;

10.7.1.2. Os custos totais de equipamentos serão calculados a partir da relação elaborada pela Administração, considerando os quantitativos a serem fornecidos pela contratada, sua periodicidade e seus custos unitários.

10.7.1.3. O Anexo V, item b.3. da Instrução Normativa nº 5/2017, estabelece que o termo de referência deve trazer previsão de regras quanto à depreciação de equipamentos a serem utilizados nos serviços, tendo em vista o seu impacto no valor global das licitantes. Sendo assim, o custo total avaliado, citado no parágrafo anterior, será dividido pelo período contratual que geralmente é de 12 (doze) meses, prorrogáveis até 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, obtendo-se o valor mensal a ser repassado à empresa pela disponibilização dos equipamentos. Logo, para fins de cálculos, adotou-se, ainda a vida útil de 60 (sessenta) meses com valor residual de 20% (vinte por cento) com a fórmula para o cálculo da depreciação:

$$\text{Depreciação} = \text{valor total} * (0,8/60)$$

10.7.1.4. O valor total mensal a ser repassado à empresa pelo fornecimento dos equipamentos que deverá ser composto apenas na planilha do servente, vinculado à execução do Contrato, resultando no valor mensal do posto de trabalho referente à disponibilidade desses itens, que comporão os insumos diversos da planilha de custos e formação de preços.

10.7.1.5. Quando do encerramento do contrato, a Contratada deverá recolher todos os equipamentos de sua propriedade, que houver disponibilizado durante a execução dos serviços.

10.7.1.6. Somente será pago o custo da depreciação dos equipamentos durante a vigência do contrato.

10.7.1.7. Todos os equipamentos deverão ser novos, de 1º (primeiro) uso e de boa qualidade.

10.7.1.8. É vedada a retirada de quaisquer equipamentos, salvo por motivo de manutenção, ou de substituição por similar ou de melhor tecnologia, cabendo prévia autorização do CENSIPAM - Centro Regional de Belém.

10.7.1.9. A Contratada deverá substituir, imediatamente, sem que lhe caiba o direito de reclamação ou indenização, os equipamentos que apresentarem rendimento insatisfatório e baixa qualidade nos serviços executados, em até 2 (dois) dias a contar da solicitação feita pelo CENSIPAM - Centro Regional de Belém.

## 11. UNIFORMES

11.1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

11.2. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

11.2.1. Para o Encarregado: camisa, calça, meia e bota.

11.2.2. Para o Servente: camisa, calça, meia e bota.

11.3. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os parâmetros mínimos:

Item	Posto	Descrição	Quantidade	
			Semestre	Anual
1	ENCARREGADO	Camisa confeccionada em malha fria, com gola esporte, na cor padrão da empresa, com emblema da empresa pintado ou bordado.	02	04
2		Calça em Brim, na cor padrão da empresa.	02	04
3		Meia em algodão, tipo soquete.	04	08
4		Bota preta com solado baixo de borracha ou material sintético antiderrapante, com palmilha antibacteriana.	02	04
5	SERVENTE	Camisa confeccionada em malha fria, com gola esporte, na cor padrão da empresa, com emblema da empresa pintado ou bordado.	02	04
6		Calça em Brim, na cor padrão da empresa.	02	04
7		Meia em algodão, tipo soquete.	04	08
8		Bota preta com solado baixo de borracha ou material sintético antiderrapante, com palmilha antibacteriana.	02	04

11.4. 1 (um) conjunto completo ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 1 (um) conjunto completo de uniforme a cada 6 (seis) meses ou a qualquer época, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação.

11.5. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre, que estiverem apertados.

11.6. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

## 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.2.1. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 – Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara);

12.2.2. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 – Plenário);

12.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

- 12.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 12.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 12.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como, nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 12.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 12.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 12.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 12.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 12.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 12.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 12.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento dos serviços e notificações expedidas;
- 12.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993;
- 12.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

### 13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 13.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 13.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 13.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 13.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 13.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 13.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 13.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 13.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 13.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 13.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 13.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 13.14. Submeter previamente, por escrito à Contratante para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 13.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 13.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como, as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 13.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 13.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como, os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 13.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

- 13.22. Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 13.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 13.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 13.23. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de prover com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 13.24. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 13.25. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.
- 13.26. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como, valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 13.27. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 13.28. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como, das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 13.29. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 13.30. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 13.31. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;
- 13.32. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 13.33. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 13.33.1. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 13.33.2. viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 13.33.3. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 13.34. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 13.35. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.
- 13.35.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

#### 14. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

#### 15. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### 16. **DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 16.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 16.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.
- 16.3. As comunicações entre a Contratante e a Contratada serão realizadas por escrito, através de e-mail.
- 16.4. A Contratante poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 16.5. A Contratada não está obrigada a manter preposto da empresa no local da execução do objeto.
- 16.6. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 16.7. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):
- 16.7.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a Contratada deverá apresentar a seguinte documentação:
- 16.7.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

- 16.7.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela Contratada;
- 16.7.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da Contratada que prestarão os serviços; e
- 16.7.1.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.
- 16.7.2. entregar até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):
- 16.7.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- 16.7.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- 16.7.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- 16.7.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 16.7.3. entregar, quando solicitado pela Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:
- 16.7.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Contratante;
- 16.7.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador Contratante;
- 16.7.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- 16.7.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- 16.7.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- 16.7.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
- 16.7.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- 16.7.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- 16.7.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- 16.7.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 16.8. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 16.9. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 16.7.1 acima deverão ser apresentados.
- 16.10. A Contratante deverá analisar a documentação solicitada nos subitens acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 16.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 16.12. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Superintendência Regional do Trabalho.
- 16.13. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da Contratante, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.14. A Contratante poderá conceder prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 16.15. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a Contratante comunicará o fato à Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 16.15.1. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 16.15.2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 16.15.3. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.
- 16.16. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 16.17. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 16.18. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 16.19. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.
- 16.20. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.21. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.22. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 16.23. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.
- 16.24. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 16.25. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.26. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades

e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.27. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.28. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.29. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

## 17. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

17.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), previsto no Apêndice B deste Termo de Referência, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.2.1. não produziu os resultados acordados;

17.2.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

## 18. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

18.2. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

18.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

18.3.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

18.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal.

18.4.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

18.4.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

18.5. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

18.6. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

18.7. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

18.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

18.8.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

18.9. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

18.9.1. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

18.9.2. emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

18.9.3. comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

18.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

18.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 19. DO PAGAMENTO

19.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

19.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

19.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

19.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

- 19.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 19.4.1. o prazo de validade;
- 19.4.2. a data da emissão;
- 19.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 19.4.4. o período de prestação dos serviços;
- 19.4.5. o valor a pagar; e
- 19.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 19.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 19.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 19.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.
- 19.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 19.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 19.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 19.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 19.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 19.12. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 19.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 19.14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 19.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	$\frac{(6/100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-----------------------	--

## 20. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

- 20.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP nº 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.
- 20.2. A futura Contratada deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 20.2.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
- 20.3. A Contratada autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.
- 20.4. A Contratante provisionará os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados pela em Conta-Depósito Vinculada, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.
- 20.4.1. Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:
- 20.4.1.1. parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;
- 20.4.1.2. parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;
- 20.4.1.3. parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e
- 20.4.1.4. ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.



20.5. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

20.5.1. 13º (décimo terceiro) salário;

20.5.2. Férias e um terço constitucional de férias;

20.5.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

20.5.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

20.6. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no item 14 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

20.7. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira.

20.8. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

20.9. Os valores referentes às provisões mencionadas neste termo de referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

20.10. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

20.11. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

20.11.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

20.11.2. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

20.11.3. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

20.11.4. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

20.12. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## 21. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)

21.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

21.2. Após o interregno de um ano, mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais poderão ser repactuados.

21.3. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

21.4. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

21.5. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

21.5.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

21.5.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): data do reajuste do preço público vigente à época da apresentação da proposta;

21.5.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

21.6. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

21.7. As repactuações a que a Contratada fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

21.8. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

21.8.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

21.8.2. da data do último reajuste do preço público vigente, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

21.8.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

21.9. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

21.10. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

21.11. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

21.12. A Contratante não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

21.13. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a Contratada efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

21.14. Quando a repactuação solicitada pela Contratada se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V(I - I^0) / I^0$ , onde:

**R** = Valor do reajuste procurado;

**V** = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

**I<sup>0</sup>** = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação; e

**I** = Índice relativo ao mês do reajustamento;

21.14.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

21.14.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

21.14.3. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.14.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

21.14.5. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

21.15. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

21.15.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

21.15.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

21.15.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

21.16. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

21.17. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

21.18. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos.

21.19. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

21.20. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

## 22. GARANTIA DA EXECUÇÃO

22.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

22.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

22.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

22.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

22.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

22.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

22.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

22.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

22.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

22.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

22.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

22.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

22.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

22.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

22.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

22.10. Será considerada extinta a garantia:

22.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

22.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

- 22.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 22.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Termo de Referência e no Contrato.
- 22.13. A garantia da contratação somente será liberada ante à comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.
- 22.13.1. Também, poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- 22.14. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

### 23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 23.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 23.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- 23.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 23.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 23.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 23.1.5. cometer fraude fiscal.
- 23.1.6. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:
- 23.1.7. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 23.1.8. **Multa de:**
- 23.1.8.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 23.1.8.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 23.1.8.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 23.1.8.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas **1 e 2**, abaixo; e
- 23.1.8.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato.
- 23.1.8.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 23.1.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar no âmbito do CENSIPAM e todas as unidades abarcadas pelo Ministério da Defesa (MD), por até 2 (dois) anos.
- 23.1.10. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 23.1.10.1. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 23.1.10.2. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "23.1.10" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 23.1.10.3. As sanções previstas nos subitens 23.1.7, 23.1.9, 23.1.10 e 23.1.10.1. poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 23.2. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as **Tabelas 1 e 2**:

Tabela 1	
Grau	Correspondência
1	<b>0,2%</b> ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	<b>0,4%</b> ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	<b>0,8%</b> ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	<b>1,6%</b> ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	<b>3,2%</b> ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2		
Infração		
Item	Descrição	Grau
1		<b>05</b>

	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	02
5	Retirar empregados ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do Contratante, por empregado e por dia	03
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia.	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia.	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato.	01
11	Providenciar treinamento para seus empregados conforme previsto na relação de obrigações da Contratada.	01

23.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

23.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

23.3.2. tenham praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação; e

23.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

23.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente, a Lei nº 9.784, de 1999.

23.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

23.5.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

23.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

23.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).

23.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

23.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### 24. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

24.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

24.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

24.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

24.3.1. Comprovação que já executou objeto compatível, em prazo e quantidade, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados, referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.

24.3.1.1. Para fins de esclarecimento, o item acima refere-se a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa gerenciou ou gerencia serviços de terceirização de mão de obra compatíveis com a contratação em áreas com no mínimo 50% (cinquenta por cento) da quantidade total da contratação de **12.308,67 m²**, de forma adequada, por período não inferior a 3 (três) anos.

24.3.1.2. Não serão aceitos Atestados de Capacidade Técnica emitidos pelo próprio licitante.

24.3.1.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

24.3.1.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

24.3.1.5. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivalet, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

24.3.1.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

24.4. Com a finalidade de facilitar o contato, eventuais entrega de documentos, bem como, na falta de funcionários, facilitar a reposição dos mesmos, a contratada deverá apresentar declaração de que instalará escritório na cidade de **Belém/PA, ou em um raio máximo de até 30 km do do CENTRO REGIONAL DE BELÉM na Avenida Julio César, 7060. Bairro: Val-de-Cães Belém – PA CEP: 66617-420 Fone: (55 91) 3366-2229 ou 3366-2200**, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6, 'a', do anexo VII da IN SEGES/MP nº 05/2017, conforme modelo **Apêndice G** do Termo de Referência. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório.

24.4.1. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global máximo de até **R\$ 659.175,00** (seiscentos e cinquenta e nove mil cento e setenta e cinco reais).

24.5. O tipo licitatório e o critério de julgamento da proposta é o Menor Preço Global do Item.

24.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## 25. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

25.1. A contratação dos serviços foi estimado no valor mensal de **R\$ 54.931,25** (cinquenta e quatro mil novecentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos) e o valor estimado anual de **R\$ 659.175,00** (seiscentos e cinquenta e nove mil cento e setenta e cinco reais), conforme quadro abaixo:

Tipo de Área	Unidade de Medida	Área Física m <sup>2</sup> no Centro Regional de Belém	Valor (R\$)	
			Unitário (R\$/m <sup>2</sup> )	Subtotal
I - ÁREA INTERNA (Pisos acarpetados)	m <sup>2</sup>	567,03	R\$ 6,14	R\$ 3.481,56
II - ÁREA INTERNA (Pisos Frios)	m <sup>2</sup>	4.000,18	R\$ 6,14	R\$ 24.561,11
III - ÁREA INTERNA (Almoxarifados, depósito e prédios anexos)	m <sup>2</sup>	175,27	R\$ 3,27	R\$ 573,13
IV - ÁREA INTERNA – Banheiros	m <sup>2</sup>	412,39	R\$ 24,56	R\$ 10.128,30
V - ÁREA EXTERNA (Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações)	m <sup>2</sup>	5.215,50	R\$ 2,75	R\$ 14.342,63
VI - ÁREA EXTERNA (Varrição de passeios e arruamentos)	m <sup>2</sup>	274,50	R\$ 0,83	R\$ 227,84
VII - Esquadrias Externas, Faces Internas/Externas	m <sup>2</sup>	1.010,00	R\$ 1,40	R\$ 1.414,00
VIII - Fachadas Envidraçadas, Faces Interna e Externas	m <sup>2</sup>	653,80	R\$ 0,31	R\$ 202,68
Valor Mensal				R\$ 54.931,25
Valor Anual Máximo				R\$ 659.175,00

## 26. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

26.1. A despesa decorrente da contratação correrá à conta da dotação – exercício 2022 com a seguinte classificação contábil e orçamentária:

26.1.1. Programa 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional

26.1.2. Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia

26.1.3. Fonte: 100

26.1.4. Plano Orçamentário (PO): 0007 – Funcionamento e Manutenção do CENSIPAM

26.1.5. Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168640

26.1.6. Natureza da Despesa: 33.90.37-02 - Limpeza e Conservação

26.1.7. Código do Sistema PTA/2022:

26.1.8. 174/22 - Execução do contrato de limpeza (CR/BE).

## 27. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

27.1. Apêndice A: Estudo Técnico Preliminar

27.2. Apêndice B: Modelo de Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

27.3. Apêndice C: Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços

- 27.4. Apêndice D: Modelo de Proposta
- 27.5. Apêndice E: Declaração de Conhecimento das Condições e Peculiaridades
- 27.6. Apêndice F: Declaração de Vistoria
- 27.7. Apêndice G: Declaração de Instalação de Escritório
- 27.8. Apêndice H: Relação Materiais e Utensílios
- 27.9. Apêndice I: Equipamentos com Depreciação

Belém, 21 de junho de 2022.

**PAULO FERNANDO DA CONCEIÇÃO LIMA**

Integrante Requisitante

Portaria DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD nº 3322, de 14 de junho de 2022 5188406  
CENSIPAM/CR-BE

**RAIMUNDO NONATO LEAL VIANA**

Integrante Técnico

Portaria DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD nº 3322, de 14 de junho de 2022 5188406  
CENSIPAM/CR-BE

**BENEDITA SOARES CHAVES**

Integrante Administrativo

Portaria DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD nº 3322, de 14 de junho de 2022 5188406  
CENSIPAM/CR-BE

De acordo com a presente contratação.

**MÁRCIO EDUARDO DE OLIVEIRA DUARTE**

Gerente do Centro Regional de Belém  
CENSIPAM/SG/MD

Aprovo de acordo com o artigo 7º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93.

**EDUARDO SHIGERU MITANI**

Ordenador de Despesas  
CENSIPAM/SG/MD

Aprovo de acordo com o artigo 7º, § 2º, incisos I, da Lei nº 8.666/93.

**SÉRGIO NATHAN MARINHO GOLDSTEIN**

Diretor de Administração e Finanças  
CENSIPAM/SG/MD

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União  
Termo de Referência - Serviços Continuados com Dedicção Exclusiva de Mão-de-Obra  
Atualização: Julho/2021

**APÊNDICE A**

**UASG 110511**

**Estudo Técnico Preliminar 55/2021**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 55/2021**

**1. Informações Básicas**

Número do processo: **60092.000241/2020-51**

**2. Objeto**

2.1 Escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de limpeza, conservação e higienização interna e externa, sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais (insumos e equipamentos) para atender às demandas do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM, em seu Centro Regional de Belém/PA.

### 3. Descrição da necessidade

3.1. A pretendida contratação envolve a prestação dos Serviços de Limpeza e Conservação de forma indireta e contínua, em conformidade com a legislação que disciplina tal matéria, considerando que Contrato nº 08/2017, constante do processo nº 60092.000231/2016-39 com vigência até 02/07/2022, visto que a Administração do CENSIPAM tomou medida visando adequar os parâmetros da contratação às normas vigentes, acolhendo orientação do Caderno Técnico referente aos serviços de limpeza de 2019 para o Estado do Pará, considerando, ainda, que o contrato atingirá o limite máximo do prazo, no caso, de 60 (sessenta) meses.

3.2. Outrossim, a contratação dos serviços de limpeza e conservação, vem suprir a lacuna deixada pela Lei nº 9.632, de 07.05.1998, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, dentre eles o de servente.

3.3. A aludida contratação será processada em conformidade com as determinações e diretrizes contidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 10.024, de 20/09/2019 e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 9.507/2018, Instrução Normativa/MPDG/SEGES nº 5, de 25/05/2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19.01.2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências e Instrução Normativa Nº 65, de 07.07.2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preço para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

3.4. O objetivo da contratação destina-se, ainda, à conservação do patrimônio da Instituição e manutenção dos locais de trabalho nos padrões de asseio exigidos, visando proporcionar condições ideais de funcionamento às atividades administrativas e técnicas do CENSIPAM, sob a melhor relação “custo x benefício”.

3.5. Considerando que, a Lei nº 9.632, de 07/05/98, extinguiu vários cargos vagos, integrantes da estrutura dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e funcional, bem como os cargos ocupados quando ocorrer a sua vacância.

3.6. Considerando ainda que, a Portaria MPDG/GM nº 443, de 23/12/2018, determina em seu art 1º, incisos VII e XIV que os serviços de limpeza e conservação figuram dentre os que “No âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros”.

3.7 A contratação trará benefícios importantes, dentre eles:

3.7.1 Manter os ambientes de trabalho permanentemente limpos e saudáveis, voltados à qualidade do trabalho, proporcionando ao público interno e externo condições mínimas de higiene e conforto, além da manutenção e conservação dos bens públicos, em caráter permanente e em condições adequadas de utilização;

3.7.2 Disponibilizar aos funcionários, colaboradores e visitantes um ambiente limpo e asseado para o desenvolvimento de suas funções, bem como, aos órgãos parceiros que fazem uso de suas instalações, além de visitantes oriundos de outros órgãos públicos e privados que eventualmente participam de atividades/eventos neste Centro Regional de Belém do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia.

### 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Centro Regional de Belém - CR-BE / Setor Administração - SEADM	PAULO FERNANDO DA CONCEIÇÃO LIMA

### 5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. Os requisitos da contratação, limitados àqueles indispensáveis à execução do objeto pretendido, que é a Escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de limpeza, conservação e higienização interna e externa, sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais (insumos e equipamentos) para atender às demandas do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM, em seu Centro Regional de Belém/PA.

5.1.1. Os serviços a serem contratados são de **Natureza Continuada**, nos moldes do art. 15 da Instrução Normativa nº 05 do MPOG, de 26 de maio de 2017, de modo a assegurar o funcionamento das atividades finalísticas do Centro Regional de Belém.

5.1.2. A empresa Contratada deverá empregar na execução, profissionais comprovadamente experientes, treinados, capacitados e habilitados, devendo atender, no Mínimo, o seguinte:

5.1.2.1. **Encarregado de Serviço de Limpeza:** Mínimo 6 (seis) meses de experiência no mesmo tipo de atividade, de acordo com a Lei nº 11.644/2008 e deverão ser observadas as atribuições constantes da Classificação Brasileira de Ocupações - Ministério do Trabalho e Emprego - CBO: 4101-05.

5.1.2.2. **Servente de Limpeza:** Será exigido o ensino fundamental completo em estabelecimento de ensino regularmente registrado ou prática profissional no posto de trabalho e deverão ser observadas as atribuições constantes da Classificação Brasileira de Ocupações - Ministério do Trabalho e Emprego - CBO: 5143-20.

5.1.2.3. Os comprovantes dos requisitos de qualificação deverão ser comprovados junto ao Centro Regional de Belém, em até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato. Essa informação ficará arquivada na SEADM/BE.

5.1.2.4. A Contratada deverá apresentar os comprovantes dos requisitos de qualificação dos profissionais que desempenharão as referidas funções sempre que um novo profissional seja apresentado, para os casos de substituição.

5.1.2.5. Os salários dos profissionais, bem como, os demais benefícios, não poderão ser inferiores aos estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2023, número de Registro no MTE nº PA000194/2022 em 12 de abril de 2022, instituído pelo Sindicato das Empresas de Serviços Terceirizáveis Trabalho Temporário Limpeza e Conservação Ambiental do Estado do Pará e o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Pará (SEAC x SINELPA), para prestação de serviços na cidade de Belém/PA.

5.1.3. Está licitação deverá adotar como critério de remuneração e aferição de resultados dos serviços prestados pela contratada o Instrumento de Medição de Resultado – IMR **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme especificado no Apêndice B do Termo de Referência.

5.1.4. Observar as práticas de sustentabilidades: treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

5.1.5. A duração inicial do contrato de prestação de serviços de natureza continuada será por período de 12 (doze) meses, prorrogável por períodos iguais e sucessivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme inciso II do artigo 57 da Lei 8.666, de 1993, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- os serviços tenham sido prestados regularmente;
- esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e
- seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

5.1.6. Requisitos de segurança:

- 5.1.6.1. A Contratada deverá entregar ao Centro Regional de Belém, um portfólio de cada funcionário(a), que prestará serviço no CR-BE, contendo 1 (uma) foto 3 x 4 e uma cópia da Carteira de Identidade, até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato.
- 5.1.6.2. A Contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de proteção (EPI) e (EPC) para o desempenho da função quando exigível, enquadrando-se no que couber, com as normas de segurança regulamentadas pelo Ministério do Trabalho, conforme descrição a seguir:
- a) A Contratada deverá utilizar materiais de primeira linha de qualidade, a serem entregues em datas e quantidades que garantam a permanente execução dos serviços, respeitada a capacidade da área destinada pelo Contratante.
- b) Os materiais, cujo recebimento deverá ser atestado pela Fiscalização, deverão ser entregues em embalagens originais de fábrica ou de comercialização, acompanhados de cópia das notas fiscais ou de qualquer outro documento pertinente, onde deverá constar obrigatoriamente a quantidade, peso ou volume.
- c) Embora as quantidades estejam estimadas para 1 (um) mês, obriga-se a Contratada a manter os serviços de acordo com as exigências constantes neste instrumento e em seus Apêndices.
- d) Os custos decorrentes da aquisição dos Materiais e Equipamentos, para execução dos serviços, deverão ser demonstrados na ocasião da apresentação das Planilhas de Custos e Formação de Preços, para constatação da exequibilidade do Contrato diante dos preços praticados no mercado.
- e) A contratada deverá adotar práticas de redução de geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados pelo órgão ou entidade, na fonte geradora, e a coleta seletiva conforme legislação específica.
- f) A Contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras (NBRs) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- g) A contratada deverá utilizar apenas embalagens recicláveis na prestação do serviço, incentivando sua utilização ou substituição por fontes renováveis.
- h) As pilhas e baterias utilizadas na execução dos serviços, em equipamentos ou outros materiais de responsabilidade da contratada, deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio, conforme Resolução CONAMA nº401/2008.
- i) É obrigação da Contratada a apresentação da composição química dos produtos utilizados na prestação do serviço, quando solicitado pelo Contratante.
- j) É de responsabilidade da Contratada a verificação da não utilização de produtos de limpeza que observem a utilização de Substâncias Perigosas, Biodegradabilidade dos Tensoativos, Toxicidade Aquática e Teor de Fósforo acima dos limites estabelecidos por regulamentos ou legislação apropriada.
- k) É obrigação da Contratada a utilização de produtos de limpeza, preferencialmente, de origem animal e que sejam biodegradáveis.
- l) É proibida a utilização de produtos de limpeza oriundos e/ou derivados de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) ou de plantas em risco de extinção.
- m) É permitida a utilização de produtos que, comprovadamente, sejam derivados de matérias-primas totalmente naturais.

5.1.7. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. Levantamento de Mercado

6.1. O levantamento de mercado será embasado de acordo com a Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, de acordo com os parâmetros a seguir dispostos:

"Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

**I** - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

**II** - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

**III** - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

**IV** - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

**V** - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia."

6.2 A escolha do tipo de solução a contratar será empreitada por preço global, e justifica-se a opção por ser mais conveniente, considerando que aumentará a uniformidade dos serviços e reduzirá os riscos de conflitos à Administração.

6.3 Considerar diferentes fontes, podendo ser analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração;

6.4 Foi realizada pesquisa no âmbito de pregões e contratações públicas através do site [www.bancodeprecos.com.br](http://www.bancodeprecos.com.br);

6.5 A solução a ser adotada no Centro Regional de Belém está aderente às contratações localizadas na pesquisa, que foram suficientes para comprovar a viabilidade da metodologia e a disponibilidade de empresas para execução do objeto.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. Especificação dos Serviços

7.1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização interna e externa, com a cessão de mão de obra qualificada e o fornecimento de todo o material de consumo, equipamentos e utensílios necessários à perfeita execução dos serviços, nas dependências do Centro Regional de Belém/PA, do Centro Gestor do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM.

7.1.2 A prestação dos serviços, que constituem o objeto deste Estudo Preliminar será realizada nas dependências do Centro Regional de Belém do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, localizado à Avenida Júlio César, nº. 7060 Val-de-Cans, em Belém/PA.

7.2. Descrição dos Serviços

7.2.1 Os serviços que tratam o presente Estudo Preliminar deverão ser executados com zelo e destreza, e de acordo com as descrições e periodicidade das tarefas básicas abaixo, não eximindo a empresa da responsabilidade da execução de outras atividades atinentes ao objeto, a qualquer tempo e a critério do CENSIPAM - Centro Regional de Belém.

7.2.2 Todos os materiais e serviços deverão ser de primeira qualidade, no tocante ao asseio e conservação dos ambientes internos e externos, os quais terão de ser mantidos, sempre, com boa aparência e dentro dos padrões de exigência do CENSIPAM - Centro Regional de Belém.

7.2.3 Utilizar produtos de limpeza adequados à natureza dos serviços, tais como: detergente com alto poder bactericida, para se obter a ampla higienização do ambiente, equipamentos e utensílios, mantendo sob rigoroso processo de higienização do prédio.

7.3. Rotina de Execução

DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E FREQUÊNCIA
ÁREAS INTERNAS
DIARIAMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO



1	Remover com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio.
2	Lavar os cinzeiros.
3	Proceder a lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários, com saneante domissanitário, desinfetante, duas vezes ao dia.
4	Varrer, remover manchas e encerar os pisos.
5	Varrer, passar pano úmido e polir os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados.
6	Varrição geral.
7	Limpar com saneantes domissanitários os pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas, duas vezes ao dia.
8	Abastecer os sanitários com papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido, quando necessário.
9	Retirar o pó dos telefones com flanelas e produtos adequados.
10	Passar pano úmido com álcool nos tampos das mesas e assentos dos refeitórios antes e após as refeições.
11	Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pelo CENSIPAM.
12	Realizar a separação dos resíduos recicláveis na fonte geradora e a sua destinação as Associações e Cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, conforme o Decreto nº 5.940, de 25.10.2006, procedida pela coleta seletiva de papel para reciclagem, quando couber, nos termos da legislação vigente
13	Limpar os corrimãos.
14	Suprir os bebedouros com garrações de água mineral, adquiridos pela Administração.
15	Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.
16	Substituir os sacos de lixos utilizados nas lixeiras.
<b>SEMANALMENTE, UMA VEZ</b>	
1	limpar atrás dos móveis, armários e arquivos.
2	limpar com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica.
3	limpar com produto neutro, portas, barras e batentes pintados a óleo ou verniz sintético.
4	lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar a flanela nos móveis encerados.
5	limpar com produto apropriado, forrações de couro, napa, plástico ou tecido em assentos e poltronas.
6	limpar e polir todos metais, tais como: válvulas, registros, sifões, fechaduras.
7	lavar os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, marmorite e emborrachados com detergente, encera-los e lustra-los.
8	passar pano úmido com saneantes domissanitários nos telefones.
9	limpar os espelhos com pano umedecido em álcool, duas vezes por semana.
10	retirar pó e resíduos com pano úmido, dos quadros em geral.
11	lavar convenientemente, interna e externamente, janelas com vidraças, caixilhos, portas de vidro e vidros em geral, impermeáveis, granilites, mármore.
12	executar os demais serviços considerados necessários, semanalmente.
<b>MENSALMENTE, UMA VEZ</b>	
1	limpar paredes e rodapés.
2	limpar persianas com produtos adequados.
3	remover manchas de paredes.
4	limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, caixilhos, janelas de ferro (de malha, enrolar, pantográfica, correr).
5	proceder revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês.
<b>PERIODICAMENTE OU SEMPRE QUE FOR PRECISO</b>	
1	sempre que consertos, reparo, adaptações ou pinturas tenham que ser efetuados, a empresa contratada promoverá limpeza da área, inclusive dos respingos, utilizando métodos e produtos químicos adequados e de boa qualidade.
<b>ÁREAS EXTERNAS</b>	
<b>DIARIAMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO</b>	
1	remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza.
2	varrer as áreas pavimentadas.
3	retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pelo Contratante.
4	executar os demais serviços considerados necessários, diariamente.
<b>SEMANALMENTE, UMA VEZ</b>	
1	limpar e polir todos os metais (torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras).
2	lavar pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, marmorite e emborrachados, com detergente, encerar e lustrar.
3	retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes (quando necessário até duas vezes).
4	executar os demais serviços considerados necessários, semanalmente.
<b>PERIODICAMENTE OU SEMPRE QUE FOR PRECISO</b>	
1	proceder a limpeza das caixas de ralo, caixas de ralo duplo e poços de visita, retirando todo entulho causado por acúmulo lixo, folhas, papéis e outros detritos.
<b>ANUALMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO</b>	
1	lavar, pelo menos duas vezes por ano, paredes externas revestidas com pastilhas, granito, mármore ou concreto aparente.
<b>ESQUADRIAS EXTERNAS E FACHADAS ENVIDRAÇADAS</b>	
<b>QUINZENALMENTE, UMA VEZ</b>	
1	limpar todos os vidros (face interna/externa), aplicando-lhes produtos ante embaçantes.
<b>DEFINIÇÃO DE SANEANTES DOMISSANITÁRIOS</b>	
São substâncias ou materiais destinadas à higienização, desinfecção domiciliar, em ambientes coletivos e/ou públicos, em lugares de uso comum e no tratamento da água, compreendendo:	
a	desinfetantes: destinados a destruir micro-organismos, indiscriminada ou seletivamente, quando aplicados em objetos inanimados ou ambientes;
b	detergentes: destinados a dissolver gorduras, higienização de recipientes e vasilhas e a aplicações de uso doméstico;
c	material de higiene: papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido;
d	são equiparados aos produtos domissanitários, os detergentes, desinfetantes e respectivos congêneres, destinados à aplicação em objetos inanimados e em ambientes, ficando sujeitos às mesmas exigências e condições no concernente ao registro, à industrialização, entrega ao consumo e fiscalização.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

CatSer	Tipo de Área	Área Total (m²)	Produtividade ( 1/m²)
24023	I - ÁREA INTERNA (Pisos acarpetados)	567,03	800,00
	II - ÁREA INTERNA (Pisos Frios)	4.000,18	800,00

<b>III - ÁREA INTERNA (Almoxarifados, depósito e prédios anexos)</b>	175,27	1.500,00
<b>IV - ÁREA INTERNA – Banheiros</b>	412,39	200,00
<b>V - ÁREA EXTERNA (Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações)</b>	5.215,50	1.800,00
<b>VI - ÁREA EXTERNA (Varrição de passeios e arruamentos)</b>	274,50	6.000,00
<b>VII - Esquadrias Externas, Faces Internas/Externas</b>	1.010,00	300,00
<b>VIII - Fachadas Envidraçadas, Faces Interna e Externas</b>	653,80	130,00
<b>Total em (m²)</b>	<b>12.308,67</b>	

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

9.1. A contratação dos serviços foi estimado no valor mensal de **R\$ 54.931,25** (cinquenta e quatro mil novecentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos) e o valor estimado anual de **R\$ 659.175,00** (seiscentos e cinquenta e nove mil cento e setenta e cinco reais), conforme quadro abaixo:

<b>Tipo de Área</b>	<b>Preço Mensal Unitário (R\$/M2)</b>	<b>Área (M²)</b>	<b>Preço Total</b>
<b>I - ÁREA INTERNA (Pisos acarpetados)</b>	<b>R\$ 6,14</b>	567,03	<b>R\$ 3.481,56</b>
<b>II - ÁREA INTERNA (Pisos Frios)</b>	<b>R\$ 6,14</b>	4.000,18	<b>R\$ 24.561,11</b>
<b>III - ÁREA INTERNA (Almoxarifados, depósito e prédios anexos)</b>	<b>R\$ 3,27</b>	175,27	<b>R\$ 573,13</b>
<b>IV - ÁREA INTERNA – Banheiros</b>	<b>R\$ 24,56</b>	412,39	<b>R\$ 10.128,30</b>
<b>V - ÁREA EXTERNA (Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações)</b>	<b>R\$ 2,75</b>	5.215,50	<b>R\$ 14.342,63</b>
<b>VI - ÁREA EXTERNA (Varrição de passeios e arruamentos)</b>	<b>R\$ 0,83</b>	274,50	<b>R\$ 227,84</b>
<b>VII - Esquadrias Externas, Faces Internas/Externas</b>	<b>R\$ 1,40</b>	1.010,00	<b>R\$ 1.414,00</b>
<b>VIII - Fachadas Envidraçadas, Faces Interna e Externas</b>	<b>R\$ 0,31</b>	653,80	<b>R\$ 202,68</b>
<b>Valor Mensal</b>			<b>R\$ 54.931,25</b>
<b>Valor Anual</b>			<b>R\$ 659.175,00</b>

9.2. O preço cotado deverá incluir todas as despesas com mão de obra, auxílio alimentação/refeição, transporte, e quaisquer outras vantagens pagas aos empregados, taxas, inclusive de administração, emolumentos, despesas operacionais, encargos trabalhistas, previdenciários, despesas financeiras de qualquer natureza, despesas diretas e indiretas, ou seja, todos os custos necessários à perfeita execução do objeto da licitação.

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Conforme subitem 9.1.16 do **Acórdão 1.214/2013-TCU-Plenário**, vide Anexo II deste documento, transcrito abaixo deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados:

*"• 9.1.16 deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de **limpeza**, copeiragem, garçom, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática;"*

9.2. Portanto, de acordo com o disposto no subitem 9.1.16 do Acórdão supracitado o parcelamento não se aplica para o objeto da contratação ora pretendida; uma vez que tal contratação se trata da prestação de serviços de LIMPEZA E CONSERVAÇÃO.

## 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. A pretendida contratação já faz parte de rol dos contratos da Administração Contratante, portanto, a principal referência são as contratações anteriores com o mesmo objeto.

11.2. Ademais, tal contratação refere-se à prestação dos serviços de Limpeza e Conservação de forma indireta e contínua e, tendo em vista que o atual Contrato nº **08/2017** constante do processo nº 60092.000231/2016-39 com vigência até **02/07/2022**.

11.3. Busca-se uma nova contratação para a substituição do contrato acima, por se tratar de um serviço essencial que visa a conservação e a limpeza dos locais de trabalho, bem como, da preservação do patrimônio do Centro Regional de Belém - CR/BE.

## 12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A contratação encontra-se alinhada com o Plano Anual de Contratações deste órgão que encontra respaldo institucional conforme previsão no Planejamento Estratégico do CENSIPAM - 2012-2023, constando no Objetivo Estratégico - OE4 - Ampliar e garantir uma gestão efetiva dos recursos humanos, materiais, financeiros, do conhecimento, dos processos e da infraestrutura e alinhado com o seguinte **Código do Sistema PTA/2022**, código: 174/22 - Execução do contrato de limpeza (CR/BE) - Nova contratação.

### 13. Resultados Pretendidos

13.1. Espera-se com esta nova contratação, no mínimo, os seguintes efeitos:

13.1.2 Atender com eficácia e garantindo a boa execução dos serviços, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade, garantindo o bem-estar das pessoas envolvidas, assim como, o bom andamento das atividades.

13.1.3 Os serviços de limpeza, conservação e higienização interna e externa são importantes e necessários, visto que contribuem, para a melhoria das condições de trabalho no Centro Regional de Belém, em razão de serem executados por mão de obra especializada para o desenvolvimento das atividades inerentes às funções de encarrega e serventes.

13.1.4 Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

13.1.5 Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

13.1.6 Maior geração de empregos, preferencialmente, com mão de obra local; e

13.1.7 Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais.

#### 13.2 Ganhos Diretos:

13.2.1 Ambiente sempre em boas condições de limpeza e conservação;

13.2.2 Economia na gestão de materiais e equipamentos, com a contratação desses itens em conjunto com o fornecimento dos serviços;

13.2.3 Melhoria no atendimento do público interno e externo;

13.2.4 Atendimento às demandas internas bem como melhor atender os inúmeros visitantes e parceiros recebidos pela Gerência e demais setores deste Centro Regional;

13.2.5 Otimização de custos administrativos de gerenciamento de todo o processo de contratação, da força de trabalho que possuímos tanto na gestão quanto fiscalização de contratos;

13.2.6 higiene e conservação do ambiente laboral e do patrimônio público; e

13.2.7 Tal contratação resultar-se-á benéfica e vantajosa, uma vez que a terceirização contemplará a Administração com serviços, recursos humanos e materiais inerentes à atividade, dispensando a sobrecarga com gerenciamento direto envolvido com contratação, treinamento e administração de mão de obra, locação e/ou aquisição de equipamentos e materiais específicos, bem como permitirá a mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados.

#### 13.3 Benefícios Indiretos:

13.3.1 Melhor prestação dos serviços públicos, com melhor gestão e economia dos recursos disponíveis; e

13.3.2 A verificação dos resultados tem como foco manter a integridade e a prestação dos serviços com diligência e perfeição, cumprindo rigorosamente o objeto desta contratação, as normas e as legislações pertinentes, que atenda de forma plena e satisfatória os serviços de limpeza, conservação e higienização interna e externa.

### 14. Providências a serem Adotadas

14.1. Não será necessária nenhuma adequação no ambiente deste Centro Regional.

### 15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. Considerando os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de serviços pela Administração, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010, a Contratada deverá, entre outras providências, otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição. Dentre as ações de responsabilidade ambiental:

I - Cabe a contratada a implementação de ações que reduzam a exposição de ocupantes do complexo predial da contratante a contaminantes de partículas químicas e biológicas potencialmente perigosas, que possam impactar negativamente a qualidade do ar, a saúde, os sistemas de edifícios e o meio ambiente;

II - É obrigação da contratada treinar e capacitar periodicamente seus empregados no atendimento das Normas Internas e de segurança e medicina do trabalho, bem como prevenção de incêndio, práticas de redução de consumo de água, energia e redução da geração de resíduos para implementação das lições aprendidas durante a prestação dos serviços.

III - É de responsabilidade da contratada o fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em bom estado de utilização aos seus funcionários, prezando pela saúde e segurança durante a execução da prestação dos serviços.

IV - A contratada deve manter equipamentos e demais materiais necessários à prestação dos serviços em bom estado de funcionamento evitando danos às pessoas e ao estado das instalações hidrossanitárias e elétricas.

V - A contratada deverá observar às recomendações técnicas e legais para o fornecimento dos saneantes domissanitários, sacos de lixo, papel higiênico, produtos químico, etc.

VI - É obrigação da contratada adotar medidas para evitar o desperdício da água potável, com verificação da normalização de equipamentos quanto ao seu funcionamento (se estão ralados, quebrados ou com defeitos), bem como, práticas de racionalização.

VII - É obrigação da contratada racionalizar o consumo de energia elétrica com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações, para os casos possíveis.

VIII - É de responsabilidade da contratada na prestação dos serviços contratados, cumprir a legislação ambiental, para gestão sustentável dos serviços.

IX - A contratada deve manter equipamentos e demais materiais necessários à prestação dos serviços em bom estado de funcionamento evitando danos às pessoas a aos estado das instalações hidrossanitárias e elétricas.

X - É proibida a utilização de saneantes domissanitários de Riscos I listados no art. 5º da Resolução nº 336/1999 na prestação dos serviços, conforme Resolução ANVISA RE nº 913, de 25 de junho de 2001.

XI - É permitido o uso de saneantes domissanitários produzidos com substâncias biodegradáveis, estabelecidas na Resolução ANVISA RDC nº 180, de 3 de outubro de 2006, bem como de produtos desinfetantes domissanitários, previstos na Resolução ANVISA RDC nº 34, de 16 de agosto de 2010.

XII - É de responsabilidade da contratada a verificação da não utilização de produtos de limpeza que observem a utilização de Substâncias Perigosas, Biodegradabilidade dos Tensoativos, Toxicidade Aquática e Teor de Fósforo acima dos limites estabelecidos por regulamentos ou legislação apropriada.

XIII - É obrigação da contratada a utilização de produtos de limpeza, preferencialmente, de origem animal e que sejam biodegradáveis;

XIV - É proibida a utilização de produtos de limpeza e conservação oriundos e/ou derivados de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) ou de plantas em risco de extinção.

XV - É permitida a utilização de produtos que, comprovadamente, sejam derivados de matérias-primas totalmente naturais.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação é necessária e, conforme já apresentado em todo o Estudo Preliminar, é viável em termos de disponibilidade de mercado, forma de prestação de serviço e custos envolvidos.

17. Responsáveis:

**PAULO FERNANDO DA CONCEIÇÃO LIMA**  
Integrante Requisitante

**RAIMUNDO NONATO LEAL VIANA**  
Integrante Técnico

**BENEDITA SOARES CHAVES**  
Integrante Administrativo

APÊNDICE B

MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Avaliação da Qualidade dos Serviços

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

Processo nº 60092.000241/2020-51                      Nota Fiscal: \_\_\_\_\_                      Referência: \_\_\_\_/202\_\_

Nº 01 – Cumprimento das Obrigações Contratuais	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a conservação do patrimônio da Instituição e manutenção dos locais de trabalho nos padrões de asseio exigidos, visando proporcionar condições ideais de funcionamento das atividades administrativas e técnicas do CENSIPAM/CR-BE.
Meta a cumprir	Diária, conforme obrigações contratuais.
Instrumento de medição	<b>Cálculo de Índice de Desempenho Mensal na avaliação devem ser atribuídos ao formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços, os conceitos “Ótimo”, “Bom”, “Regular” e “Ruim”, equivalentes e respectivo aos valores: 100, 90, 85 e 50 para cada Item Avaliado.</b> 1. <b>Ótimo - O</b> 2. <b>Bom - B</b> 3. <b>Regular - RE</b> 4. <b>Ruim – R</b>
Forma de acompanhamento	Inspeções “in loco” e documentos exigidos no contrato.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Apuração mensal da quantidade de ocorrências para determinação do Índice de Desempenho.
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato.
Nota Obtida	Penalidade a Ser Aplicada
Para resultado de 80 a 100	Pagamento de 100% da Nota Fiscal ou Fatura
Para resultado entre 70 a 79	Pagamento de 95% da Nota Fiscal ou Fatura
Para resultado entre 60 a 69	Pagamento de 90% da Nota Fiscal ou Fatura
Para resultado entre 50 a 59	Pagamento de 80% da Nota Fiscal ou Fatura

Para resultado de 50		Pagamento de 70% da Nota Fiscal ou Fatura			
<b>Observações:</b>  1) A verificação do Indicador (N) pela Fiscalização da Concedente dar-se-á, preferencialmente, pelo menos: a) 2 (duas) vezes ao dia nos sanitários, salas e copas; e b) 1 (uma) vez ao dia nas demais áreas.  2) O resultado das verificações, quanto ao cumprimento deste Instrumento de Medição de Resultado (IMR), será enviado à Contratada ou recebido no local da execução dos serviços, por intermédio do seu Preposto; 3) Cada ocorrência será classificada conforme os conceitos de acordo com os itens de Infrações;  4) Todas as ocorrências deverão ser datadas no momento do registro;  5) Para apuração do Índice de Desempenho Mensal, será considerado o período compreendido entre o primeiro e o último dia do mês medido.					
Legenda:		O = Ótimo	B = Bom	RE = Regular	R = Ruim
Módulo A – Rotina Diária					
Descrição	Itens Avaliados - Serviços/Procedimentos			Conceito	
Pisos em Geral	1	Varrer			
	2	Passar pano úmido com produto apropriado			
	3	Lustrar/encerar			
Lixo	4	Retirar			
	5	Recolher para local apropriado (lixeira)			
Telefones	6	Limpar			
Mobiliários / Equipamentos	7	Remover poeira/sujeira			
	8	Limpeza com produtos adequados			
Cinzeiros / Vasos de Lixo/Corrimãos	9	Limpar			
	10	Substituir sacos dos vasos de lixo			
Copas	11	Limpar duas vezes			
Mesas e Assentos dos Refeitórios	12	Passar pano com álcool duas vezes			
Tapetes / Capachos	13	Remover, procedendo à limpeza			
Banheiros/Vestiários	14	Lavagem geral (pisos, bacias, assentos e pias)/Aplicar desinfetante			
	15	Abastecer com papel higiênico			
	16	Abastecer com papel toalha			
	17	Abastecer com sabonete líquido			
	18	Aplicar saneante domissanitário e produto desodorizador			
Módulo B – Rotina Semanal					
Descrição	Itens Avaliados - Serviços/Procedimentos			Conceito	
Mobiliário em Geral	19	Limpar com produto apropriado			
Equipamentos	20	Limpar com produto apropriado			
Lixeiras	21	Lavar com produtos apropriados			
Pátios / Estacionamentos / Arruamento	22	Varrição geral (duas vezes)			
	23	Remoção de lixo (retirada de papéis, detritos e folhagem e/ou outros)			
Metais	24	Limpar e polir (válvulas, registro.)			
Copa	25	Limpeza geral e lavagem geral (pisos e paredes)			
Módulo C – Rotina Quinzenal ou Periodicamente ou Sempre que Necessário					
Descrição	Itens Avaliados - Serviços/Procedimentos			Conceito	
Vidros/Portas e Esquadrias (Externa e Interna)	26	Limpar com produto apropriado			

Espelhos / Persiana / Divisórias	27	Limpar com produtos apropriados	
Caixa de Ralos / Ralos Duplos	28	Limpeza e Remoção de lixo (retirada de papéis, detritos e folhagem e/ou outros)	
Geladeira	29	Limpeza geral	
Módulo D – Rotina Mensal			
Descrição	Itens Avaliados - Serviços/Procedimentos		Conceito
Paredes e Rodapés	30	Limpar/Remover manchas	
Grades / Basculantes / Caixilhos / Janelas/Portas de Ferro	31	Limpar/Engraxar e lubrificar	
Espelhos / Persianas / Divisórias	32	Limpar com produtos apropriados	
Escadas	33	Limpeza e lavagem	
Outros	34	Limpeza não descrita, mais necessárias	
Módulo E - Rotina Trimestral			
Descrição	Itens Avaliados - Serviços/Procedimentos		Conceito
Pisos (Frente do Prédio Principal e Salas)	35	Limpeza e Lavagem	
Módulo F – de Ordem Geral			
Descrição	Itens Avaliados - Serviços/Procedimentos		Conceito
Funcionários	36	Uniforme	
	37	Atendimentos aos usuários	
	38	Assiduidade/Pontualidade	
	39	EPI	
Equipamento / Utensílios e Materiais Fornecidos e/ou Aplicados na Prestação dos Serviços	40	Qualidade	
	41	Quantidade	
	42	Entrega (única) efetuada até o 1º dia útil do mês da prestação de serviços e/ou no prazo estabelecido quando houve solicitação do fiscal	
Descrição	Itens Avaliados - Serviços/Procedimentos		Conceito
Quantidade de Ambientes Vistoriados = X			
Conceitos	Quantidade (A)	Equivalência (E)	Pontos Obtidos (Y) (Y= A x E)
Quantidade de Ótimo =		x 100 (Ótimo)	
Quantidade de Bom =		x 90 (Bom)	
Quantidade de Regular =		x 85(Regular)	
Quantidade de Ruim =		x 50 (ruim)	
TOTAL			
Nota Final			
A Nota N será obtida mediante o resultado do somatório total dos pontos obtidos (Y) dividido pelo número de ambientes vistoriados (X). N = $\frac{\sum Y}{X}$			
Faixa de Ajuste para Pagamento da Nota Fiscal Mensal			
100% da Nota Fiscal	Para resultado entre 80 a 100.		
95% da Nota Fiscal	Para resultado entre 70 a 79.		
90% da Nota Fiscal	Para resultado entre 60 a 69.		
80% da Nota Fiscal	Para resultado entre 50 a 59.		
70% da Nota Fiscal	Para resultado de 50.		

Para resultados de 50, a Contratada, além do desconto previsto na Faixa de Ajuste de Pagamento, ficará sujeita às sanções devidas por descumprimento contratual conforme previsto no Termo de Referência.

Fiscal \_\_\_\_\_ do Contrato nº \_\_\_\_/202 \_\_\_\_  
Portaria nº \_\_\_\_\_  
CENSIPAM - CR/BE

APÊNDICE C

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº PROCESSO:

LICITAÇÃO Nº: \_\_\_\_/\_\_\_\_

Dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ às \_\_\_\_:\_\_\_\_ horas

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)

Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.  
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referentes à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	
2	Classificação Brasileira de Ocupação (CBO)	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional - Piso Salarial	
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.  
Nota 2: A planilha será calculada, considerando o valor mensal do empregado.

MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
Total		

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	
B	Férias e Adicional de Férias	
Total		

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.  
Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.  
Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	
B	Salário Educação	2,50%	
C	SAT		
D	SESC ou SESI	1,50%	

E	SENAI ou SENAC	1,00%	
F	SEBRAE	0,60%	
G	INCRA	0,20%	
H	FGTS	8,00%	
Total			

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.  
Nota 2: O SAT, a depender do grau de risco do serviço, irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.  
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	
C	Seguro de Vida em Grupo c/ Assistência Funeral e Familiar	
D	Outros (especificar)	
Total		

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).  
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no artigo 6º desta Instrução Normativa.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário	Valor (R\$)
2.1	13" (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
Total		

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o Aviso Prévio Indenizado	
D	Aviso Prévio Trabalhado	
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
F	Multa do FGTS e contribuições sociais do Aviso Prévio Trabalhado	
Total		

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Férias	
B	Ausências legais	
C	Licença paternidade	
D	Ausência por acidente de trabalho	
E	Afastamento Maternidade	
F	Outros (especificar)	
Total		

Submódulo 4.2 - Intrajornada

4.2	Intrajornada	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação	
Total		

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	
4.2	Intrajornada	
Total		

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B		
C		
D		
Total		

Nota: Valores mensais por empregado.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual %	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (especificar)		
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		



	C.3. Tributos Municipais (especificar)		
Total			

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.  
Nota 2: O valor referente aos tributos é obtido, aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. Quadro-resumo do Custo por Empregado

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	
	Subtotal (A + B +C+ D+E)	
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	
	Valor Total por Empregado	

3. QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço (A)		Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Posto (D) = (B x C)	Qtde de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
I	Serviço (indicar)	R\$		R\$		R\$
Valor Mensal dos Serviços (I + II + N)						

4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

Valor Global da Proposta		
	Descrição	Valor (R\$)
A	Valor proposto por unidade de medida *	
B	Valor mensal do serviço	
C	Valor global da proposta (valor mensal do serviço multiplicado pelo número de meses do contrato).	

Nota: Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.

VALOR MENSAL E ANUAL DA MÃO DE OBRA  
PREÇO MENSAL UNITÁRIO POR m²

ÁREA INTERNA: (Pisos Acarpetados)				
Mão de Obra	[1]	Coeficiente da Produtividade	[2]	[1x2]
	Produtividade		Preço Homem/mês	Subtotal
	(1/m²)		(R\$)	(R\$/m²)
Encarregado				
Servente				
Total				

ÁREA INTERNA: Pisos Frios				
Mão de Obra	[1]	Coeficiente da Produtividade	[2]	[1x2]
	Produtividade		Preço Homem/mês	Subtotal
	(1/m²)		(R\$)	(R\$/m²)
Encarregado				
Servente				
Total				

ÁREA INTERNA: (Almoxarifados, depósito e prédios anexos)				
Mão de Obra	[1]	Coeficiente da Produtividade	[2]	[1x2]
	Produtividade		Preço Homem/mês	Subtotal
	(1/m²)		(R\$)	(R\$/m²)
Encarregado				
Servente				
Total				

ÁREA INTERNA: (Banheiros)				
Mão de Obra	[1]	Coeficiente da Produtividade	[2]	[1x2]
	Produtividade		Preço Homem/mês	Subtotal
	(1/m²)		(R\$)	(R\$/m²)
Encarregado				
Servente				
Total				

ÁREA EXTERNA: (Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações)				
Mão de Obra	[1]	Coeficiente da Produtividade	[2]	[1x2]
	Produtividade		Preço Homem/mês	Subtotal
	(1/m²)		(R\$)	(R\$/m²)
Encarregado				
Servente				

Total				
ÁREA EXTERNA: (Varrição de passeios e arruamentos)				
Mão de Obra	[1]	Coeficiente da Produtividade	[2]	[1x2]
	Produtividade		Preço Homem/mês	Subtotal
	(1/m²)		(R\$)	(R\$/m²)
Encarregado				
Servente				
Total				

ESQUADRIAS EXTERNAS, FACES INTERNAS E EXTERNAS						
Mão de Obra	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	4X5
	Produtividade	Frequência no mês	Jornada de Trabalho	Ki=1x2x3	Preço Homem	subtotal
	(1/m²)	(Horas)	no mês (Horas)		(R\$)	(R\$/m²)
Encarregado						
Servente						
Total						

FACHADAS ENVIDRAÇADAS, FACES EXTERNAS E INTERNAS						
Mão de Obra	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	4X5
	Produtividade	Frequência no mês	Jornada de Trabalho	Ki=1x2x3	Preço Homem	subtotal
	(1/m²)	(Horas)	no mês (Horas)		(R\$)	(R\$/m²)
Encarregado						
Servente						
Total						

RESUMO	Custo	Quantidade	Preço Mensal Unitário	Total
	( R\$/m² )	( m² )	( R\$ )	( R\$ )
	[a]	[b]	[c] = [a] x [b]	[d] = [c] x 12
I - ÁREA INTERNA (Pisos acarpetados)		567,03		
II - ÁREA INTERNA (Pisos Frios)-		4.000,18		
III - ÁREA INTERNA (Almoxarifados, depósito e prédios anexos)		175,27		
IV - ÁREA INTERNA – Banheiros		412,39		
V - ÁREA EXTERNA (Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações)		5.215,50		
VI - ÁREA EXTERNA (Varrição de passeios e arruamentos)		274,50		
VII - Esquadrias Externas, Faces Internas/Externas		1.010,00		
VIII - Fachadas Envidraçadas, Faces Interna e Externas		653,80		
Valor Mensal				
Valor Anual				

APÊNDICE D

MODELO DE PROPOSTA

À

**DIVISÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

**COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_\_/202\_\_**

**SESSÃO PÚBLICA: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/202\_\_**

**HORÁRIO: \_\_\_\_\_h \_\_\_\_\_min.**

Proposta que faz a empresa ..... para a Escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de limpeza, conservação e higienização interna e externa, sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais (insumos e equipamentos) para atender às demandas do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM, em seu Centro Regional de Belém/PA, nas condições e especificações, contidas no Termo de Referência, do Edital de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_/202\_\_, conforme tabela abaixo:

Identificação			
Razão Social:			
Endereço:		UF:	CEP:

Telefone:	(    )				
EMAIL:					

Item	CatSer	Descrição/Especificação do Serviços	Unidade de Medida	Área Física m² no Centro Regional de Belém	Valor (R\$)	
					Unitário do m² (R\$/m²)	Subtotal
Único	24023	I - ÁREA INTERNA (Pisos acarpetados)	m²	567,03		
		II - ÁREA INTERNA (Pisos Frios)	m²	4.000,18		
		III - ÁREA INTERNA (Almoxarifados, depósito e prédios anexos)	m²	175,27		
		IV - ÁREA INTERNA – Banheiros	m²	412,39		
		V - ÁREA EXTERNA (Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações)	m²	5.215,50		
		VI - ÁREA EXTERNA (Varrição de passeios e arruamentos)	m²	274,50		
		VII - Esquadrias Externas, Faces Internas/Externas	m²	1.010,00		
		VIII - Fachadas Envidraçadas, Faces Interna e Externas	m²	653,80		
Valor Mensal						
Valor Anual						

Deverão ser anexadas a esta Proposta: as planilhas de composição de custo e formação de preços do posto de trabalho envolvido; as planilhas de preços unitários; memória de cálculo detalhada dos encargos que fundamentam os valores constantes da sua proposta e GFIP ou documento apto a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) do licitante.

Declaramos que atenderemos a todos os dispositivos constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº xxx/202\_\_\_\_\_.

Declaramos que os preços contidos nesta proposta incluem todos os custos e despesas referentes ao objeto da licitação; tais como: custos diretos e indiretos; tributos incidentes; taxas de administração; transporte; mão de obra; encargos sociais; trabalhistas; seguros; lucro; e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

Prazo de Validade da Proposta: ..... dias não inferior a 90 (noventa) dias;

Dados da Empresa:  
Razão Social:  
CNPJ:  
Inscrição Estadual:  
Endereço:  
E-mail:  
Telefone:  
Fac-símile:  
Dados bancários

Local e data, .....de ..... de 202.....

Assinatura e carimbo  
(Representante Legal da Empresa)

APÊNDICE E

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES

A empresa.....CNPJ/MF sob o nº ....., situada ..... (Endereço completo), por intermédio de seu Representante Legal/Preposto, o(a) Sr.(a) ....., portador(a) da carteira de identidade nº ..... e do CPF nº ....., declara, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o CENSIPAM.

Local, ..... de ..... de 202.....

Assinatura do declarante:.....

Nome do declarante:.....

Número da identidade do declarante: .....

Carimbo da Empresa com CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

OBS: A licitante é inteiramente responsável pelas informações prestadas através deste documento.

## APÊNDICE F

### DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaramos, em atendimento ao previsto no Termo de Referência XXX/CENSIPAM-202\_\_\_, que a Empresa ....., CNPJ nº ....., por intermédio de seu Representante Legal/Preposto, Sr. ...., RG nº ..... e CPF nº ....., compareceu perante o representante do CENSIPAM no Centro Regional de Belém, e visitou as dependências e instalações, quando conheceu todas as áreas abrangidas, as condições técnicas exigidas na execução dos serviços, esclarecendo todas as dúvidas sobre o objeto desta licitação, dando-se por satisfeita com as informações obtidas e considerando-se plenamente capacitada a elaborar a proposta de preços.

...../....., ..... de ..... de 202.....

Assinatura e carimbo do servidor do CENSIPAM

Declaro, junto ao Pregoeiro do CENSIPAM, que a empresa deu-se por satisfeita com as informações obtidas, junto ao Centro Regional de Belém, e nos consideramos plenamente capacitados a elaborar a nossa proposta de preços.

Assinatura do Representante Legal da Empresa: .....

Nome do Representante Legal da Empresa.....

Número da identidade do Representante Legal da Empresa: .....

Carimbo da Empresa com CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

OBS: A licitante é inteiramente responsável pelas informações prestadas através deste documento.

OU

### DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

Declaramos conhecer e compreender o teor do Termo de Referência nº \_\_\_\_/2022, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência dispensando a vistoria facultativa às instalações no Centro Regional de Belém do CENSIPAM, situado na Avenida Júlio César nº 7060, Bairro de Val-de-Cans, CEP: 66617-420.

Empresa: \_\_\_\_\_  
 C.N.P.J.(MF): \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 E-mail: \_\_\_\_\_  
 Responsável Técnico: \_\_\_\_\_  
 Registro do RT no CREA: \_\_\_\_\_

Brasília - DF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

Responsável Técnico da Empresa

APÊNDICE G

DA DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, situada \_\_\_\_\_ (Endereço completo), por intermédio de seu representante legal/preposto, o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, declara, nos termos da Lei nº 8.666/93 (art. 30, II e § 6º), que disporá, por ocasião da futura contratação, de instalações, de aparelhamento e de pessoal compatível com o objeto, capazes de atender a demanda dos serviços licitados, nos termos contidos no Termo de Referência.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

Assinatura do declarante \_\_\_\_\_

Nome do declarante \_\_\_\_\_

Número da identidade do declarante: \_\_\_\_\_

Carimbo da Empresa com CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

Observação: O licitante responde pela veracidade das informações prestadas por meio deste documento, sob as penas cabíveis.

Obs.: Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório.

APÊNDICE H

RELAÇÃO MATERIAIS E UTENSÍLIOS

1. DOS MATERIAIS DE CONSUMO

Item	Código CatMat	Descrição	Unidade	Quantidade	
				Mensal	Anual
1	226700	Água sanitária, composição química hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto, teor cloro ativo varia de 2 a 2,50%, classe corrosivo classe 8, número risco 85, risco saúde 3, corrosividade 1, peso molecular cloro 74,50, densidade de 1,20 a 1, cor amarela esverdeada bastante fraca, aplicação lavagem e alvejante de roupas, banheiras, pias, tipo comum	Litro	20	240
2	269941	Álcool etílico, tipo hidratado, teor alcoólico 70% (70º gl), apresentação líquido, franco 1.000ml	Litro	40	480
3	396196	Desinfetante, composição à base de quaternário de amônio, princípio ativo cloreto alquil dimetil benzil amônio +tensoativos, teor ativo solução concentrada, teor ativo em torno de 50%, forma física solução aquosa, característica adicional com aroma	Litro	25	300
4	327150	Desodorizador, apresentação aerosol, aplicação aromatizador ambiental, características adicionais ação neutralizante	Unidade	25	300
5	465064	Desodorizador sanitário, composição: dodecil benzeno, sulfonato de sódio, coadjuvante e, essência: variado, aspecto físico: sólido, características adicionais: pastilha adesiva	Unidade	100	1.200
6	307145	Detergente, composição tesoativos aniônicos, coadjuvante, preservantes, componente ativo linear alquibenzeno sulfonato de sódio, aplicação limpeza em geral, aroma neutro, características adicionais tensoativo biodegradável, diluição 1/150 litros, aspecto físico líquido	Litro	10	120
7	296307	Esponja limpeza, material: lã aço	Unidade	1	12
8	421283	Esponja limpeza, material espuma / nylon, abrasividade alta / mínima, aplicação limpeza geral, características adicionais uma face macia outra áspera, comprimento mínimo 180 cm, largura mínima 100 cm, espessura mínima 18 cm	Unidade	10	120
9	230233	Flanela, material flanela, comprimento 40 cm, largura 30cm, cor amarela	Unidade	5	60

10	242252	Limpa-vidro, aspecto físico líquido, composição tensoativos aniônicos / sequestrantes / hidróxido	Frasco 500 ml (2 $\cong$ 1 litro)	5	60
11	413461	Solução limpeza multiuso, composição básica sulfonato de sódio, tensoativo não iônico, alcali, aspecto físico líquido, características adicionais biodegradável	Litro	30	360
12	263450	Lustrador móveis, componentes base de silicone, aroma sem cheiro	Unidade	5	60
13	208869	Luva de proteção, material borracha, aplicação limpeza, tipo punho longo, tamanho médio, cor azul, acabamento palma antiderrapante, esterilidade não esterilizada, características adicionais sem forro	Par	5	60
14	410631	Luva proteção, material: 100% fibra aramida, tamanho: médio, características adicionais: pigmentada PVC, punho elástico	Par	5	60
15	260569	Pano limpeza, material 100% algodão, comprimento 60 cm, largura 45 cm, características adicionais alvejado, aplicação limpeza geral	Unidade	40	480
16	301139	Papel higiênico, material: celulose virgem, comprimento: 30 m, largura: 10 cm, tipo: picotado, quantidade folhas: dupla, cor: branca, características adicionais: extra macio e sem perfume	Fardo (64 rolos)	30	360
17	233667	Toalha de papel, material papel, tipo folha 3 dobras, comprimento 23 cm, largura 22 cm, cor branca, características adicionais interfolhada	Fardo (1000 folhas)	40	480
18	226795	Sabão pó, aplicação limpeza geral, aditivos: não aplicável, odor: não aplicável	Quilo	4	48
19	253197	Sabonete líquido, aspecto físico líquido perfumado, aplicação saboneteira para sabonetes líquidos, características adicionais pronto uso, aroma suave	Litro	25	300
20	226091	Saco plástico lixo, capacidade 15 L, cor preta, apresentação peça única, largura 39 cm, altura 58 cm	Pacote (100 unid.)	6	72
21	411828	Saco plástico lixo, capacidade 100 L, cor preta, largura 75 cm, altura 105 cm, características adicionais com solda contínua, sem fechos, aplicação coleta seletiva, normas técnicas classe i, tipo e, material resina termoplástica reciclada	Pacote (100 unid.)	6	72
22	226093	Saco plástico lixo, capacidade 50 L, cor preta, apresentação peça única, largura 63 cm, altura 80 cm	Pacote (100 unidades)	6	72
23	241703	Saponáceo, composição tensoativos aniônicos, alcalinizantes, agente, aplicação limpeza pisos, paredes e louças, características adicionais biodegradável, aspecto físico pó	Pacote 300g (3 $\cong$ 1kg)	33	396

## 2. DOS UTENSÍLIOS A SEREM FORNECIDOS PELA CONTRATADA

Item	Código CatMat	Descrição	Unidade	Quantidade Anual
1	216081	Balde, material plástico, tamanho médio, material alça arame galvanizado, capacidade 10, cor natural, características adicionais pegador embutido	Unidade	5
2	229889	Balde com espremedor, material balde polipropileno, material espremedor aço e material base aço tubular capacidade balde: 24 l, tipo espremedor: pressão vertical, diâmetro roda: 3 pol, comprimento: 58 cm, largura: 43 cm, altura: 92 cm, peso caixa: 12,80 kg, volume caixa: 0,1661 m3, tratamento superficial: galvanização (espremedor e base), cor: azul, características adicionais: não aplicável	Unidade	5
3	307875	Mop úmido, material fio de algodão de alta qualidade, tipo ponta dobrada, aplicação limpeza, cor branca, peso 300 g, comprimento 20 cm, largura 22cm, características adicionais costura reforçada, tipo esfregão e lavável, gramatura 100 (ref. Conjunto Mop Líquido Doblô 50 L ou similar)	Unidade	4
4	307849	MOP Pó material fibras de algodão, largura 10 cm, comprimento 140 cm, aplicação limpeza, cor branca, gramatura 180, acabamento fechamento por laços costurados, características adicionais suporte metálico e cabo de alumínio, 300g; lavável	Unidade	4

5	397489	Discos e pedras abrasivos, material: fibras sintéticas, tamanho: 350 mm, uso: limpeza de pisos tratados, características adicionais: compatível máquina lavadora bandeirante	Unidade	2
6	279310	Escova limpeza geral, material corpo plástico, material cerdas nylon, características adicionais com suporte	Unidade	4
7	333358	Escova limpeza geral, material corpo plástico, material cerdas náilon, características adicionais formato arredondado, aplicação vaso sanitário	Unidade	4
8	229933	Limpador vidro, material cabo madeira, material base borracha, comprimento cabo 50 cm, tipo rodo, aplicação limpeza vidro	Unidade	2
9	229833	Pá coletora lixo, material coletor poliestireno, material cabo madeira, comprimento cabo 80 cm, comprimento 27 cm, largura 27 cm, altura 88,50 cm, aplicação limpeza, cor azul, modelo sem tampa	Unidade	3
10	330354	Portatoalha, material plástico, cor cinza/branco, tipo fixação em parede com buchas expansíveis, aplicação banheiro, características adicionais para papel com 2 ou 3 dobras, largura 27,5 cm, altura 36,5 cm, profundidade 12 cm	Unidade	10
11	253024	Rodo, material cabo madeira, material suporte plástico, comprimento suporte 30 cm, quantidade borrachas 2 unidades	Unidade	5
12	238763	Rodo, material cabo madeira, material suporte madeira, comprimento suporte 60 cm, cor suporte e cabo natural, quantidade borrachas 2	Unidade	4
13	253950	Saboneteira, material suporte plástico, material reservatório plástico, capacidade 500 ml, tipo fixação parede, tipo uso banheiro, características adicionais sabão líquido / fixa, material plástico	Unidade	20
14	226144	Vassoura, material cerdas piaçava, material cabo madeira plastificada, material cepa madeira, comprimento cepa 20, comprimento cerdas mínimo 9 cm, características adicionais com cabo rosqueado	Unidade	7

APÊNDICE I

EQUIPAMENTOS COM DEPRECIAÇÃO

Item	CatMat	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Valor Residual (I=GxH)		Vida útil em meses
				(E)	(F)	(G=ExF)	% (H)	RS (I)	
1	441197	Aspirador pó , água - industrial, potência motor 1.200 w, tensão alimentação 110,220 v, capacidade 10 L, frequência 50,60 hz, características adicionais com rodas, equipado com bicos e acessórios, aplicação carpetes, estofados e uso em geral	Un.	1			20%		6
2	430722	Cabo telescópio, material alumínio, comprimento 8 m, uso: escova de aço, rodo aspirador, peneira, características adicionais: 4 estágios, travamento roscável, ponteira acoplável	Un.	1			20%		6
3	123242	Carrinho limpeza multifunção, nome carrinho - limpeza multifunção (Rubbermaid) ou similar	Un.	1			20%		6
4	473477	Carro coletor lixo, material polipropileno ou polietileno alta resistência, componentes 2 rodízios dianteiros, identificação não reciclável, capacidade 240 L, cor marrom	Un.	1			20%		6
5	441196	Enceradeira, tipo industrial, potência motor 0,75 hp, tipo motor monofásico, tensão alimentação 220 v, diâmetro escova 350 mm, características adicionais escova de pelo, suporte madeira e lixa	Un.	1			20%		6
6	230232	Escada doméstica, material alumínio, número degraus 6, revestimento degraus tapete antiderrapante, tipo pintura epoxi, tipo degraus articuláveis	Un.	1			20%		6
7	328781	Extensão elétrica, tipo cabo pp plano, comprimento 50 m, tensão 250 V, corrente 10 a, acessórios 5 tomadas fêmeas e plugue terra, número pólos: 2p + t, formação do cabo: 3 x 2,5 mm2	Un.	1			20%		6
8	257407	Lavadora alta pressão, pressão 1600 lb, vazão 7,57,5 l,min, tensão 220 V, potência consumida 2,5 cv com mangueira.	Un.	1			20%		6
9	214144	Mangueira jardim, material pvc-traçado em náilon, diâmetro 1,2 pol, espessura: 2 mm, pressão máxima: 6 bar., comprimento: 50 m, cor: verde	Un.	1			20%		6
10	347968	Placa identificação, material pvc, comprimento 65 cm, altura 30 cm, características adicionais dobrável, frente e verso, "cuidado, piso molhado", acabamento superficial letras pretas, cor amarela	Un.	4			20%		6

TOTAL MENSAL DEPRECIAÇÃO (L)

Calculo da Depreciação: Depreciação = valor total*(0,8/60)
---

Depreciação Mensal = (L)

Quantidade de Serventes (M)

Valor estimado Depreciação Mensal (N) = L/M



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL  
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO II****MINUTA****(ID. 5137102)**

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL  
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO III****DECLARAÇÃO DE ANTINEPOTISMO****(art. 7º do Decreto nº 7.203/2010)**

Declaro que a empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., sediada na ....., signatária do Contrato nº ...../2022, não possui nem admitirá em seus quadros de pessoal, familiar - cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança neste Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, de acordo com o art. 7º do Decreto nº 7.203/2010.

*Assinado Eletronicamente*.....  
CONTRATADA

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL  
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO III****PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS****(ID. 5183534)**

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL  
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA**



**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO IV**

**MINUTA DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**DECLARO** que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) no \_\_\_\_\_, inscrição estadual no \_\_\_\_\_, estabelecida em \_\_\_\_\_, possui os seguintes contratos firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública

Nome do órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor do Contrato
Valor Total dos Contratos		

.....de.....de 2022.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo do emissor

**Observação:**

**Nota 1:** \* Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

**Nota 2:** \*\* Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL  
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO V**

**MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÃO/MANUTENÇÃO DE ESCRITÓRIO NO MUNICÍPIO DA PRESTAÇÃO CONTRATUAL**

\_\_\_\_\_, (identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o Sr. \_\_\_\_\_ (nome do representante), portador da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA** que instalará ou promoverá a manutenção de seu escritório **Belém-PA**, ou **em um raio máximo de até 30 km da cidade de Belém-PA**, localizado no Centro Regional de Belém, situado a Avenida Júlio César nº 7060, Bairro de Val-de-Cans, CEP: 66617-420, telefone: (91) 3366-2237 e (91) 3366-2235 ou pelos e-mails: [marcio.prado@sipam.gov.br](mailto:marcio.prado@sipam.gov.br) e [benedita.chaves@sipam.gov.br](mailto:benedita.chaves@sipam.gov.br), a ser comprovado no prazo máximo de **60 (sessenta) dias** contado a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6, 'a', do anexo VII da IN SEGES/MP nº 05/2017, conforme modelo do Anexo IV do **Edital nº 01/2022**. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

Assinatura do declarante \_\_\_\_\_

Nome do declarante \_\_\_\_\_

Número da identidade do declarante: \_\_\_\_\_

Carimbo da Empresa com CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ).

**Observação:** O licitante responde pela veracidade das informações prestadas por meio deste documento, sob as penas cabíveis.

Obs.: Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório



MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL  
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO VI

MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

Ofício nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)

(nome)

Gerente do **Banco do Brasil S.A**

(Endereço com CEP)

Senhor(a) Gerente,

Reporto-me ao Termo de Cooperação Técnica nº 01/2018, firmado com essa Instituição, para solicitar que, excepcionalmente, promova o cadastramento de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – em nome do Prestador de Serviços a seguir indicado, destinada a receber recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, firmado por este Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam/SG-MD:

CNPJ: \_\_\_\_\_

Razão Social: \_\_\_\_\_

Nome Personalizado: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Representante Legal: \_\_\_\_\_

CPF do Representante Legal: \_\_\_\_\_

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Assinatura do  
Ordenador de Despesas do Censipam/SG-MD  
ou do servidor previamente designado pelo ordenador

**TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO**

Termo de Conciliação Judicial **O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª. Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a **UNIÃO**, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antônio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª. Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

**CONSIDERANDO** que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

**CONSIDERANDO** que a legislação consolidada em seu art. 9º., comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

**CONSIDERANDO** que as sociedades cooperativas, segundo a Lei no. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º., “(...) são sociedades de passageiros, com forma e natureza jurídicas próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”;

**CONSIDERANDO** que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei no. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão de obra terceirizada;

**CONSIDERANDO** que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandising é vedada pelo art. 3º., da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

**CONSIDERANDO** que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão de obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica à dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico laboral, sendo-lhes sonhada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higiene do trabalho subordinado, o

que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa e os valores sociais do trabalho (arts. 5º., caput e 1º., III e IV da Constituição Federal);

**CONSIDERANDO** que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão de obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º., da CLT na atividade de intermediação de mão de obra patrocinada por falsas cooperativas;

**CONSIDERANDO** o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovadas na 90ª. Sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

“8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das leis do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçadas, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas.”

## **RESOLVEM**

Celebrar **CONCILIAÇÃO** nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão de obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) Serviços de limpeza;
- b) Serviços de conservação;
- c) Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) Serviços de recepção;
- e) Serviços de copeiragem;
- f) Serviços de reprografia;
- g) Serviços de telefonia;
- h) Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) Serviços de auxiliar de escritório;
- k) Serviços de auxiliar administrativo;
- l) Serviços de Office Boy (contínuo);
- m) Serviços de digitação;
- n) Serviços de assessoria de imprensa e de relações-públicas;
- o) Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) Serviços de ascensorista;
- q) Serviços de enfermagem; e
- r) Serviços de agentes comunitários de saúde.

**Parágrafo Primeiro** – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

**Parágrafo Segundo** – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Considera-se cooperativa de mão de obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

**Parágrafo Primeiro** – É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão de obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

**Parágrafo Segundo** – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

**Parágrafo Terceiro** – Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

## **DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO**

**CLÁUSULA QUARTA** – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

**Parágrafo Primeiro** – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

**Parágrafo Segundo** – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

## **DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA**

**CLÁUSULA QUINTA** – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

## **DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE**

**CLÁUSULA SEXTA** – As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

**CLÁUSULA SÉTIMA** – Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

**Parágrafo único** – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

**CLÁUSULA OITAVA** – A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus. Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

**GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES**  
Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

**BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO**  
Procurador-Chefe/PRT 10ª. Região Procurador do Trabalho

**MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO**  
Procurador-Geral da União

**HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIO LUIZ GUERREIRO**  
Sub-Procuradora-Regional da União—1ª. Região Advogado da União

Testemunhas:

**GRIJALBO FERNANDES COUTINHO**

Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

**PAULO SÉRGIO DOMINGUES**

Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE

**REGINA BUTRUS**

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT

**TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL – PROCESSO Nº 00810-2006-017.10.00.7**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**, neste ato representado pela Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Otávio Brito Lopes, e pelos Procuradores do Trabalho, Dr. Fábio Leal Cardoso e Dra. Vivian Rodriguez Mattos, e a **UNIÃO**, neste ato representada pela Advocacia Geral da União, por meio do Advogado-Geral da União, Dr. José Antônio Dias Toffoli, e pelo Procurador-Geral da União, Dr. Luís Henrique Martins dos Anjos, e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Paulo Bernardo Silva, na forma do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, combinado com o art. 876 da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.492, de 1 de maio de 1943).

**CONSIDERANDO** a existência da Ação Civil Pública nº 00810-2006-017-10-00-7, ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho em face da UNIÃO, cujo objeto versa sobre a intermediação irregular de mão de obra praticada no âmbito da Administração Pública Federal Direta;

**CONSIDERANDO** que existem outras ações civis públicas ajuizadas e vários procedimentos investigatórios em diversas Procuradorias Regionais do Trabalho envolvendo o tema da terceirização imprópria em órgãos da Administração Pública Federal Direta;

**CONSIDERANDO** que o Enunciado nº 331, I, do Tribunal Superior do Trabalho, estabelece que a contratação de trabalhadores por meio de empresa interposta é ilegal, salvo nos casos previstos na Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974;

**CONSIDERANDO** que o Decreto nº 2.271 de 7 de julho de 1997, estabelece os parâmetros para a identificação dos serviços passíveis de terceirização no âmbito da Administração Pública Federal;

**CONSIDERANDO** que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão apresentou ao Tribunal de Contas da União proposta para substituir empregados terceirizados por servidores concursados, tal como ficou assentado no acórdão nº 1520/2006-TCU;

**CONSIDERANDO** que a União vem sendo responsabilizada de forma subsidiária por créditos trabalhistas insatisfeitos de trabalhadores de empresas prestadoras de serviços, na forma da Súmula 331, IV, do Tribunal Superior do Trabalho;

**CONSIDERANDO** as reuniões preparatórias realizadas entre o Coordenador Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública e Assessores Técnicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nas quais restou consolidado o entendimento de que a abrupta solução de continuidade na prestação de tais serviços terceirizados poderia gerar ofensa a bem jurídico de igual importância àquele tutelado na referida Ação Civil Pública;

**CONSIDERANDO** que, no âmbito do Poder Executivo Federal, a matéria de pessoal é da competência do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

**CONSIDERANDO** a relevância e a obrigatoriedade de regularização de todos os contratos de prestação de serviços terceirizados;

**RESOLVEM CELEBRAR TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL**

Nos seguintes termos e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** A UNIÃO se compromete a contratar serviços terceirizados apenas e exclusivamente nas hipóteses autorizadas pelo Decreto nº 2.271, de 7 de junho de 1997, observado o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

**Parágrafo 1º** A responsabilidade pela contratação de serviços terceirizados em desacordo com o disposto no Decreto nº 2.271, de 7 de junho de 1997, será da autoridade competente para assinatura do contrato e do respectivo ordenador de despesas, solidariamente.

**Parágrafo 2º** O responsável pela assinatura dos contratos no âmbito de cada ministério, órgão ou entidade deverá identificar as atividades terceirizadas, o quantitativo total de terceirizados e a indicação das parcelas de recursos orçamentários que deixarão de ser disponibilizadas em decorrência da regularização gradativa das contratações conforme o cronograma e proporções estabelecidas na cláusula terceira deste termo.

**CLÁUSULA SEGUNDA.** A UNIÃO se compromete a regularizar a situação jurídica dos seus recursos humanos, com a consequente rescisão dos contratos de prestação de serviços cujas atividades exercidas pelos trabalhadores terceirizados não estejam de acordo com o disposto no Decreto nº 2.271, de 7 de junho de 1997.

**Parágrafo 1º** Os órgãos da Administração Pública Federal deverão elaborar, em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, proposta de regularização da situação jurídica dos seus recursos humanos, que deverá conter, necessariamente:

- O quantitativo de pessoal necessário para substituir trabalhadores terceirizados que estejam em desacordo com o Decreto nº 2.271, de 7 de junho de 1997;
- O quantitativo de cargos, empregos e/ou funções públicas a serem criados, se for o caso;
- A previsão de realização de concursos públicos para a admissão de novos servidores e/ou empregados públicos;
- O impacto orçamentário-financeiro das medidas;
- O cronograma de execução.

**Parágrafo 2º** O ato que autorizar a realização de concurso público deverá prever expressamente que os novos provimentos estarão vinculados ao pleno cumprimento das obrigações assumidas no presente Termo de Conciliação.

**Parágrafo 3º** O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão deverá adotar as medidas necessárias no âmbito de sua competência para a regularização da situação jurídica dos recursos humanos de cada órgão da Administração Pública Federal, como autorização para a realização de concursos públicos, encaminhamento de projetos de lei relativos à reestruturação de carreiras e à criação de novos cargos, empregos e/ou funções públicas e previsão de disponibilidade orçamentária para cobrir as novas despesas.

**CLÁUSULA TERCEIRA.** O adimplemento das obrigações ora ajustadas obedecerá rigorosamente ao cronograma a seguir estabelecido:

**7.12 e 1 até 31/07/2008**, deverão estar concluídas, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, as propostas de regularização da situação jurídica dos recursos humanos de todos os órgãos da administração pública federal, com fundamento em estudos que demonstrem as reais necessidades da força de trabalho realizada pelos terceirizados;

**7.12 e 2 até 31/07/2009**, a União deverá substituir, no mínimo, 30% do pessoal terceirizado que esteja realizando atividades incompatíveis com o presente Termo de Conciliação por trabalhadores admitidos mediante concurso público, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal;

**7.12 e 3 até 31/12/09**, a União deverá substituir, no mínimo, mais 30% do pessoal terceirizado que esteja realizando atividades incompatíveis com o presente Termo de Conciliação por trabalhadores admitidos mediante concurso público, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal;

**7.12 e 4 até 31/12/10**, a União deverá substituir todos o pessoal terceirizado que esteja realizando atividades incompatíveis com o presente Termo de Conciliação por trabalhadores admitidos mediante concurso público, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal, ultimando a adequação de que trata a cláusula segunda do presente Termo de Conciliação.

**Parágrafo Único** – Compete ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizar a realização dos respectivos concursos públicos, obedecidos os devidos preceitos legais.

**CLÁUSULA QUARTA.** A União se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

**CLÁUSULA QUINTA.** O descumprimento das obrigações assumidas no presente Termo de Conciliação sujeitará a União à multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil Reais), por obrigação descumprida (cláusulas e/ou seus parágrafos, incisos ou alíneas), por trabalhador encontrado em situação jurídica irregular, reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, nos termos dos arts. 5º, § 6º, e 13 da Lei nº 7.347, 24 de julho de 1985, com obrigatório regresso em desfavor do agente público responsável, independentemente das demais cominações e providências que poderão vir a ser requeridas pelo Ministério Público do Trabalho.

Parágrafo 1º A cobrança da multa não desobriga a UNIÃO do cumprimento das obrigações contidas no presente Termo de Conciliação.

Parágrafo 2º Independentemente das autoridades indicadas como diretamente responsáveis pelo cumprimento do presente Termo de Conciliação, o agente público que, em nome da Administração Pública Federal, firmar ou permitir que terceiros, estranhos à Administração, firmem contrato de prestação de serviços em contrariedade às disposições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput desta cláusula, além de outras sanções administrativas e penais cabíveis.

**CLÁUSULA SEXTA.** O presente Termo de Conciliação produzirá efeitos legais a partir da sua celebração, devendo ser submetido ao MM. Juízo da 17ª Vara do Trabalho de Brasília/DF para homologação, a fim de conferir-lhe eficácia de título executivo judicial.

Estando assim, justos e compromissados, firmam o presente instrumento, para que produza os seus efeitos legais.

Brasília, 05 de novembro de 2007.

**JOSÉ ANTÔNIO DIAS TOFFOLI**

Advogado-Geral da União

**PAULO BERNARDO SILVA**

Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

**OTÁVIO BRITO LOPES**

Procurador-Geral do Trabalho

**LUÍS HENRIQUE MARTINS DOS ANJOS**

Procurador-Geral da União

**FÁBIO LEAL CARDOSO**

Procurador do Trabalho

**VIVIANN RODRIGUEZ MATTOS**

Procuradora do Trabalho

Criado por izabel.coutinho, versão 128 por izabel.coutinho em 24/02/2022 17:01:02.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Gomes da Silva, Assessor(a)**, em 28/06/2022, às 18:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Nathan Marinho Goldstein, Diretor(a)**, em 28/06/2022, às 19:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), o código verificador **5248638** e o código CRC **84100A09**.